

## ÍNDICE GLOBAL DE COMPLEXIDADE CORPORATIVA 2022

**Caminhos para o crescimento:**  
lidando com as complexidades de  
se fazer negócios internacionais

PRÁTICAS ESG

CONTABILIDADE E IMPACTOS

COVID-19

SIMPLIFICAÇÃO

COVID-19

SIMPLIFICAÇÃO

PRÁTICAS ESG

GESTÃO GLOBAL DE ENTIDADES

CONTABILIDADE E IMPOSTOS

FOLHA DE PAGAMENTO E RECURSOS HUMANOS

## CONTEÚDO

Prefácio	1
Introdução	2
<i>Destaques Globais</i>	
– Emergindo da Covid-19	4
– Simplificação: catalisadores e barreiras	10
– A ascensão das ESG	16
Rankings GBCI 2022	22
As dez jurisdições mais complexas	24

<i>Destaques</i>	
– Contabilidade e impostos	30
– Gestão global de entidades	38
– Folha de pagamento e Recursos Humanos	42
Dez jurisdições menos complexas	46
Complexidade e o fluxo de IEDI	52
Conclusão	53
Metodologia	54
Glossário	55



# PREFÁCIO

---

Nós da TFM Group temos o prazer de trazer a você nosso Índice Global de Complexidade Corporativa de 2022, observando as diferenças nas regras e requerimentos de fazer negócios em 77 jurisdições ao redor do mundo. Estas jurisdições cobrem apenas 32% do número total de países, mas englobam as maiores economias e hubs de investimentos do mundo, representando 71% da população mundial, 92% do PIB mundial e 95% do fluxo líquido de Investimento Estrangeiro Direto. Analisamos cerca de 300 características em cada país, tornando este um esforço coletivo significativo dentro da TFM Group, pelo qual meus colegas têm meu profundo agradecimento.

No momento em que redigimos este documento, o mundo está em um estado abalado. A Covid-19 permanece como um elemento crítico, particularmente na China, onde vigoram lockdowns rígidos que desencorajam o crescimento local e global. Somado a isso, acrescentamos agora o conflito da guerra na Ucrânia, as sanções e o impacto no preço da energia também trazem desafios, contribuindo para uma perspectiva negativa para grande parte da economia mundial, com a perspectiva de um retorno à “estagflação” da década de 1970.

Nesse contexto, precisamos fazer todo o possível para simplificar o trajeto para investir e operar em todo o mundo. O comércio e o investimento de

baixo atrito estimulam o crescimento econômico. Esperamos que este relatório ajude os investidores a escolher e gerenciar seus destinos com maior confiança. Nosso recado não é para evitar investir em jurisdições complexas, pois muitas vezes elas estão entre as mais atrativas para recrutar talentos e oportunidades de clientes. Pelo contrário, nossa intenção é que você invista com uma visão abrangente e esteja pronto para lidar com as regras que poderiam colocar sua licença comercial em risco.

Da mesma forma, esperamos que este trabalho estimule os governos a realizarem reformas para atrair maiores investimentos e a formação de capital local. Como nos anos anteriores, alguns dos lugares menos complexos para operar são as pequenas economias offshore. Todas são regulamentadas e seus processos mais simples são um resultado da competição entre elas para atrair investidores, impulsionando a eficiência dos processos, mais do que simplesmente acelerar processos.

Além da complexidade individual da jurisdição, muitos de nossos clientes precisam lidar com o gerenciamento de diversas entidades ao redor do mundo, geralmente em baixa escala e em locais complexos para se fazer negócios. Este ano, estamos investindo para disponibilizar nossa base de dados a eles em formato digital, para dar a eles os meios para se manterem no controle de seu portfólio.

**Mark Weil**  
CEO da TFM Group

# INTRODUÇÃO

O Índice Global de Complexidade Corporativa 2022 (Global Business Complexity Index - GBCI) fornece uma visão geral oficial da complexidade de estabelecer e operar empresas ao redor do mundo. Ele explora fatores que impulsionam o sucesso ou fracasso de empresas internacionais, com foco na operação em mercados estrangeiros, e esboça os principais temas emergentes no cenário global bem como suas complexidades locais associadas em 77 jurisdições.

O GBCI 2022 leva em conta 292 diferentes indicadores relacionados à complexidade dos negócios, e fornece uma análise aprofundada dos desafios globais e locais que impactam na facilidade de se fazer negócios ao redor do mundo. Estes dados indicativos são utilizados para compilar um ranking global das 77 jurisdições, baseado na complexidade dos ambientes para negócios abrangendo sua legislação, compliance, procedimentos de contabilidade, regimes de impostos, regras de recursos humanos (RH) e processamentos de folha de pagamento.

## 3 TEMAS GLOBAIS

### 1

#### Emergindo da Covid-19

Investigamos se a Covid-19 acelerou as tendências existentes e perguntamos: as mudanças na legislação e nas práticas resultantes da pandemia vão permanecer?

### 2

#### Simplificação: catalisadores e barreiras

Ao comparar diferentes jurisdições, identificamos o que está impulsionando a simplificação para os negócios globais e quaisquer barreiras que estejam tornando as coisas mais complexas.

### 3

#### A ascensão das ESG

Analisamos o impacto dos critérios Ambientais, Sociais e de Governança (Environmental, Social and Governance – ESG) no comportamento corporativo e na legislação e diretrizes governamentais.



**SIMPLIFICAÇÃO**

**COVID-19**

**PRÁTICAS ESG**

DESTAQUES  
GLOBAIS

#1

# EMERGINDO DA COVID-19



ISENÇÕES FISCAIS

REGULAMENTOS TEMPORÁRIOS

TRABALHO FLEXÍVEL

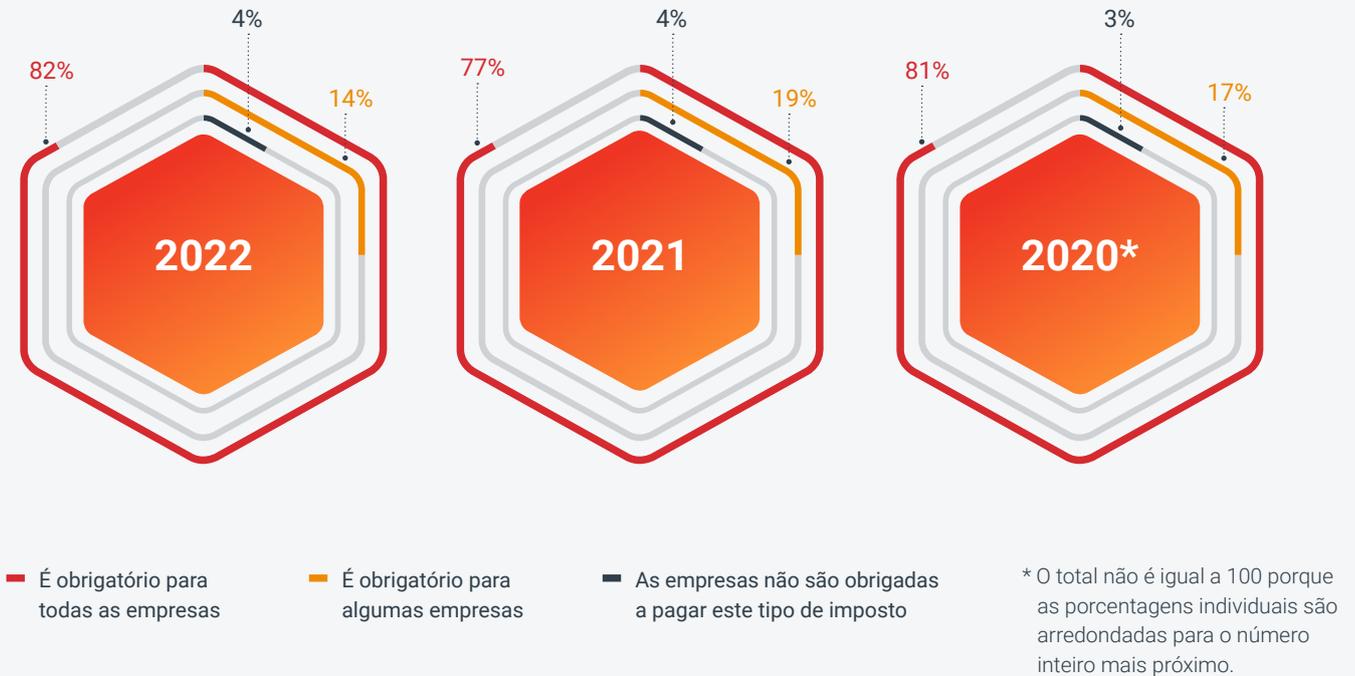
PROTEÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

DIGITALIZAÇÃO





## Exigência de pagamento de imposto corporativo/de renda, 2020-2022



No relatório do GBCI do ano passado observamos que muitos governos introduziram medidas para aliviar a pressão sobre as empresas durante a pandemia. Estas ações incluíram isenções fiscais, aumento dos direitos trabalhistas e aceleração do uso de relatórios digitais. As mudanças foram introduzidas para diminuir as tensões financeiras ou administrativas, mas muitas vezes levaram as empresas a um cenário de maior complexidade.

À medida que o mundo emerge da pandemia, descobrimos que algumas destas mudanças vieram para ficar, mas muitas foram medidas adaptativas de curto prazo que foram ou estão em processo de serem revertidas. Isto introduziu mais uma vez a complexidade a curto prazo para as empresas. Por exemplo, no Brasil, que ficou em primeiro lugar nas classificações do GBCI de 2021 e 2022, a complexidade atingiu um nível recorde nos últimos dois anos devido à introdução e posterior reversão de regulamentações relacionadas à pandemia.

## Reversão das isenções fiscais concedidas na pandemia

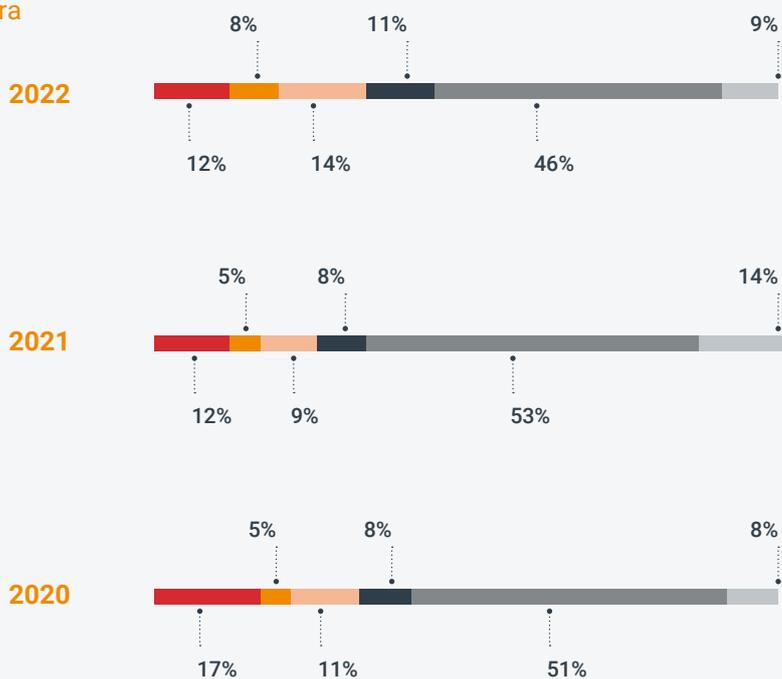
No ano passado, vimos uma redução no número de jurisdições em que todas as empresas eram obrigadas a pagar imposto de renda/corporativo. O GBCI 2022 mostra que esta foi uma medida de curto prazo, com a proporção de jurisdições onde isto é obrigatório retornando aos níveis de 2020.

O governo da Nova Zelândia foi particularmente progressista e solidário em resposta à Covid-19, introduzindo uma variedade de medidas para ajudar as empresas. Por exemplo, as autoridades introduziram a possibilidade de as empresas pagarem o imposto pendente em prestações, ou amortizá-lo completamente em casos de grandes dificuldades. Estas medidas ainda estão em vigor, mas provavelmente serão extintas.

Os pagamentos de impostos sobre a propriedade em estabelecimentos comerciais também diminuiriam em frequência durante o pico da crise. Em 2021, pouco mais de um quarto das jurisdições exigiram que algumas ou todas as empresas pagassem o imposto pelo menos a cada três meses. Isto se compara a uma em cada três jurisdições em 2020, e desde então este índice retornou aos níveis anteriores.

### Frequência de pagamentos de imposto predial exigidos em estabelecimentos comerciais para algumas/todas as empresas.

- Toda vez que uma transação acontece
- Uma vez por mês ou mais
- Uma vez a cada 1 a 3 meses
- Uma vez a cada 4 a 6 meses
- Uma vez a cada 7 a 12 meses
- Menos de uma vez por ano



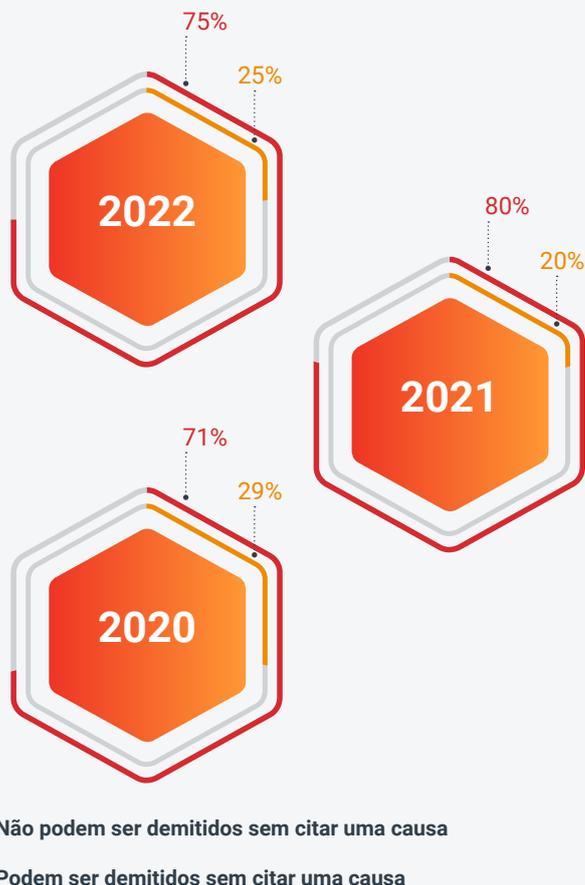
### Medidas temporárias para proteger os funcionários em 2021

No auge da pandemia, muitas empresas estavam considerando reduzir o número de colaboradores em função da diminuição das receitas e o temor pela sobrevivência. Governos de todo o mundo identificaram que era fundamental que os níveis de desemprego permanecessem os mais baixos possíveis. Como tal, muitos introduziram programas temporários de assistência, como o esquema de “licença” no Reino Unido, ou o “chômage partiel” na França, para incentivar as empresas a manter seus funcionários empregados.

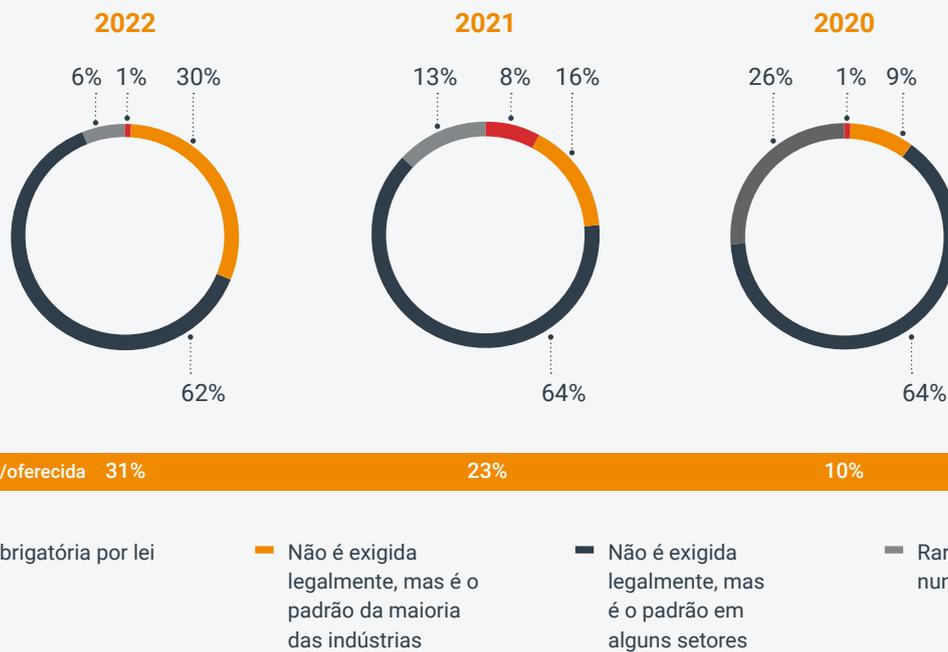
Além destes esquemas de apoio, alguns governos deram um passo adiante, introduzindo uma legislação para exercer uma força maior sobre as empresas. Em 2021, observamos os direitos de proteção dos funcionários temporariamente fortalecidos, com a possibilidade de demitir um funcionário sem citar uma causa sendo reduzida para apenas uma em cada cinco jurisdições.

Na Itália, leis emergenciais da pandemia entraram em vigor; as chamadas “Cura Italia” tornaram ilegal demitir qualquer funcionário mesmo com um motivo válido. Na Coreia do Sul, o governo tornou praticamente impossível demitir funcionários. Isto, juntamente com a carga máxima de trabalho semanal sul coreana de 52 horas, torna o ambiente de negócios mais complexo e a legislação acerca da demissão de funcionários

### A possibilidade de demitir funcionários sem citar uma causa.



## A opção pelo trabalho remoto para funcionários efetivos



permanece rigorosa em 2022. A Lei de Normas Trabalhistas (Labour Standards Act – LSA) exige que qualquer empresa com mais de cinco funcionários tenha um motivo justo para a demissão de um colaborador. Também é obrigatório que as empresas paguem uma indenização a todos os funcionários demitidos.

O auge da pandemia constatou um aumento do número de empresas que oferecem, ou são obrigadas a oferecer, licenças pagas com atestado médico a seus funcionários efetivos, de 89% das jurisdições em 2020 para 95% em 2021. Este ano, observamos que as licenças pagas com atestado médico caíram para 90%, o que significa que em uma a cada dez jurisdições os funcionários permanentes não recebem pagamento quando não podem trabalhar por estarem doentes.

O governo dinamarquês ressarciu as empresas pelas licenças pagas com atestado médico de seus funcionários. Esta medida proativa levou a um aumento da carga administrativa para recuperar fundos e, em casos extremos, levou a um aumento da fraude e multas subsequentes.

Alguns benefícios financeiros deixaram de ser priorizados durante a pandemia. A exigência para que as empresas ofereçam fundos de pensão foi flexibilizada, caindo de 58% das jurisdições em 2020 para 48% em 2021. Esta foi uma mudança temporária e, desde então, voltou aos níveis pré-pandemia.

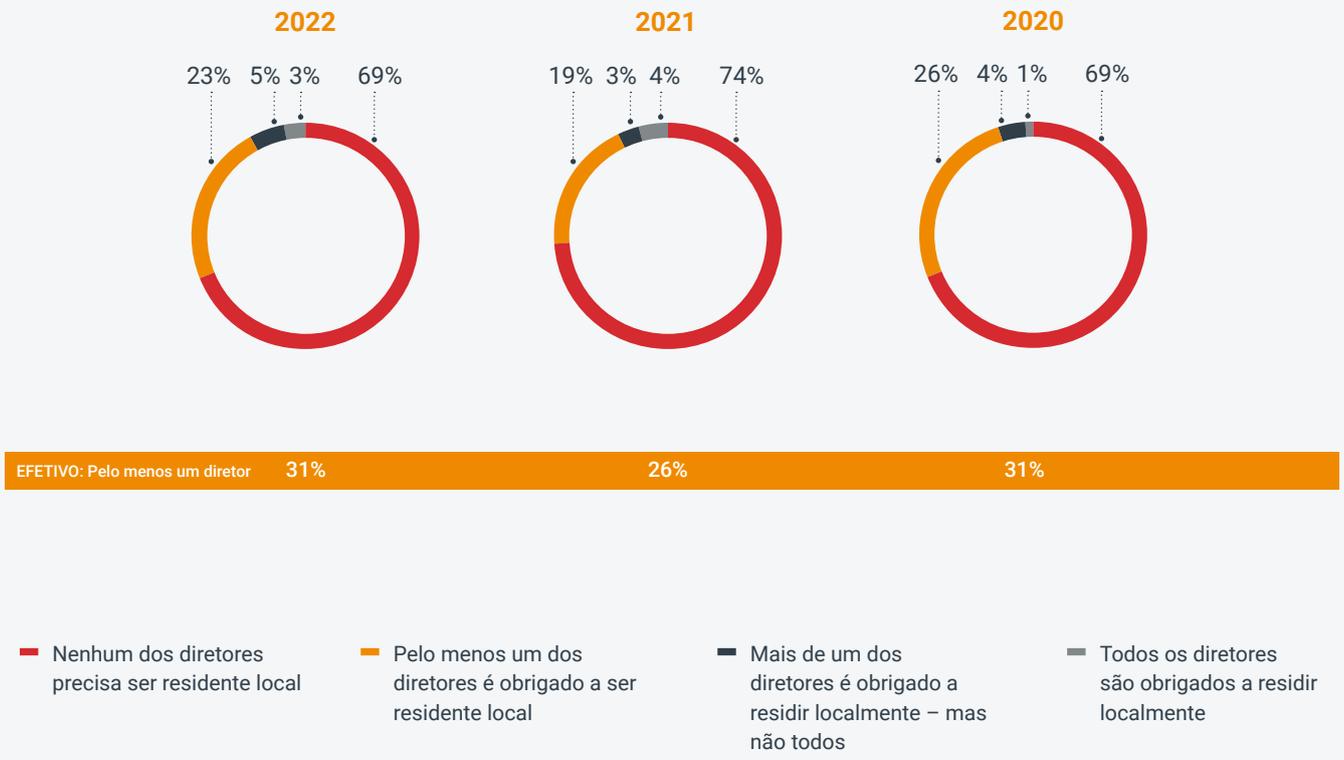
## O trabalho flexível vai sobreviver à pandemia

A pandemia causou uma mudança importante e de longo prazo nos padrões de trabalho. Muitos governos exigiram o fechamento de escritórios nos estágios iniciais da pandemia, e os funcionários tiveram que trabalhar de casa. Em 2021, observamos uma em cada quatro (23%) jurisdições oferecendo, ou sendo legalmente obrigadas a oferecer, a opção de trabalho remoto como benefício para funcionários efetivos, acima dos 10% no início de 2020.

Enquanto os escritórios estão reabrindo ou reabriram, a tendência do trabalho remoto aumentou, a ponto de ser legal ou padrão na maioria dos setores em 31% das jurisdições. É evidente que os funcionários se adaptaram bem ao trabalho em casa e demonstraram que o trabalho remoto pode ser eficaz e até mesmo benéfico. As empresas reconheceram o potencial da economia de custos indiretos e que arranjos de trabalho flexíveis podem ser necessários para reter seus colaboradores e atrair talentos.

O aumento do trabalho remoto, no entanto, tem implicações fiscais. Nos EUA, se um funcionário estiver trabalhando em um estado diferente daquele em que a empresa está registrada, ele deverá cumprir as regulamentações fiscais do estado em que estiver trabalhando. Este não era o caso durante ou antes da pandemia, mas a legislação pós-pandemia foi aprovada já que a modalidade de trabalho remoto continuará existindo.

## Exigências de residência local do diretor



Quase um terço das jurisdições agora exige que pelo menos um diretor da empresa seja residente local



## Mudança temporária para regulamentações mais internacionalizadas

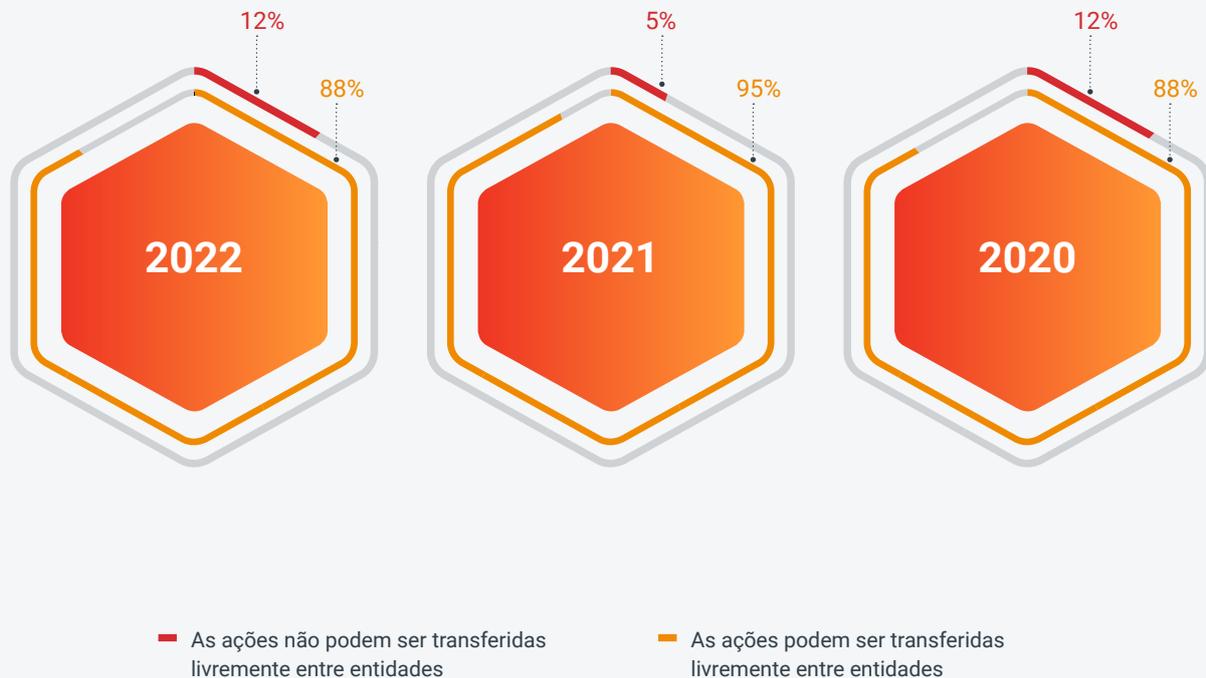
Durante a pandemia, muitos governos flexibilizaram temporariamente as regras quando se tratava de local de residência de diretores e transferência de ações de uma entidade para outra.

Em 2021, observamos um aumento para 74% das jurisdições que não exigem que os diretores da empresa sejam residentes localmente. No entanto, em 2022, este índice retornou ao mesmo nível de 2020, com apenas 69% das jurisdições permitindo esta disposição – assim, quase um terço das jurisdições agora exige que pelo menos um diretor da empresa seja um residente local.

Na Suécia, ter um residente local como diretor da empresa proporciona benefícios diretos, incluindo a simplificação dos negócios. O BankID é um aspecto fundamental das operações, que apenas os residentes locais com um número de identificação pessoal sueco



### Ações transferidas livremente entre entidades.



podem acessar. Abrir uma conta bancária, realizar pagamentos, acessar caixas postais digitais e receber correspondências de autoridades requerem um BankID.

Em 2021 também houve uma flexibilização temporária das ações de empresas sendo transferidas livremente de uma entidade para outra. Em 2021, apenas 5% das jurisdições não permitiram isto, mas 2022 indicou um retorno aos níveis de 2020, com 12% das jurisdições novamente restringindo a livre transferência de ações..

### Digitalização de relatórios acelerada e permanente

A última grande mudança trazida pela Covid-19 é a digitalização acelerada dos processos de relatórios. Muitos países foram forçados a ajustar suas trajetórias de digitalização, e isto gerou vários níveis de sucesso. Por exemplo, na Turquia, a aceleração da digitalização levou a abordagens divergentes por parte de diferentes autoridades, ao invés da adoção de processos centralizados, causando, portanto, confusão e complicação excessiva para empresas que precisam

utilizá-los. Não há evidências que sugiram que a centralização destas plataformas acontecerá em breve.

Na Grécia, onde a digitalização foi introduzida, a complexidade dos negócios aparentemente mudou para a esfera digital, ao invés de ser reduzida por ela. Por exemplo, as empresas podem, em teoria, abrir uma entidade on-line. No entanto, este processo deve estar em conformidade com um modelo on-line e, se surgirem circunstâncias que exijam variações deste modelo, os representantes comerciais precisarão comparecer a um cartório pessoalmente. Apenas cerca de 10% das empresas conseguiram incorporar o modelo on-line sem alterações. Então, embora o esforço para reduzir a complexidade exista na teoria, na prática não está funcionando para 9 em cada 10 usuários.

Por outro lado, a jornada de digitalização de Jersey foi um sucesso, reduzindo a necessidade de interação pessoal entre empresas e órgãos governamentais, facilitando significativamente os negócios.

DESTAQUES  
GLOBAIS

#2

# SIMPLIFICAÇÃO: CATALISADORES E BARREIRAS





## Estabilidade política, econômica e social nos próximos 5 anos (% que concorda que sua jurisdição está estável)

### Politicamente estável



### Economicamente estável



### Socialmente estável



EFETIVO: provável em 2022	68%	70%	70%
EFETIVO: provável em 2021	73%	73%	77%
EFETIVO: provável em 2020	71%	82%	77%

■ Muito provável   
 ■ Provável   
 ■ Não é provável ou improvável   
 ■ Improvável   
 ■ Muito improvável

Ao examinar os dados históricos do GBCI e os coletados em 2022, identificamos várias características comuns, ou impulsionadores de simplificação, que tendem a transformar uma jurisdição em um ambiente mais favorável aos negócios. Aqueles que não possuem estas características são tipicamente lugares mais complexos para se fazer negócios.

### São catalisadores da simplificação:

- estabilidade política, social e econômica
- alfabetização digital
- leis e legislação aberta e definida
- alinhamento internacional.

### Estabilidade política, social e econômica

Nos últimos dois anos, o ambiente político, econômico e social global enfrentou uma indefinição sem precedentes. A pandemia da Covid-19 teve um impacto que perdurará por muitos anos. No entanto, outros fatores, incluindo a tensão geopolítica entre a China e os EUA, e a invasão russa da Ucrânia, aumentaram um já existente ambiente de incertezas. Estes fatores levaram a previsões de instabilidade nos próximos cinco anos por parte dos especialistas locais.

### Estabilidade política

Esta previsão permaneceu como o fator mais estável desde 2020. No entanto, houve algumas mudanças regionais. Em 2020, 60% dos experts da TFM Group na América do Sul previram que nos próximos cinco anos sua jurisdição seria politicamente estável. Este número caiu para apenas 30% em 2022. As jurisdições que impulsionaram esta mudança na região incluem Argentina, Bolívia, Peru, Honduras, Venezuela e Chile.

Nossos experts no Peru relatam que, após a eleição do presidente Pedro Castillo em julho de 2021, o Peru convive com incertezas. O mandato de Castillo começa após seis anos de insegurança política, incluindo governos temporários e provisórios, além de insatisfação política generalizada. Outras jurisdições da região, como a Colômbia, têm eleições em 2022 que impactam o ambiente político. O governo chileno também está reescrevendo sua constituição, o que aumentará a incerteza sobre os negócios.

### Estabilidade econômica

Desde 2020, esta área observou a maior queda de confiança entre os especialistas, com um número crescente prevendo instabilidade econômica. A Covid-19 tem sido um fator evidente. À medida que emergimos da pandemia, as crises de inflação estão em primeiro plano em muitas jurisdições.

Em relatórios anteriores do GBCI, observamos as questões de inflação em muitas jurisdições da América do Sul. No entanto, após o pico da pandemia, EMEA, APAC e a América do Norte também estão enfrentando pressões inflacionárias.

Na Nova Zelândia, durante a pandemia da Covid-19, o governo ajudou empresas e indivíduos oferecendo pacotes econômicos generosos. Ainda que seja uma grande ajuda para aqueles que operam e vivem na jurisdição, isso também aumentou a taxa de inflação, como explica o expert da TFM Group, Vincent Gin:

“Uma consequência dessa ajuda governamental é que a inflação aumenta. Como estamos injetando muito mais dinheiro na economia, isso também está aumentando e inflacionando os preços. Existem outros elementos envolvidos, é claro, mas este é um fator importante.”

A Turquia tem experimentado hiperinflação após a pandemia. A alta da inflação criou a necessidade de que as empresas que operam na jurisdição solicitassem a contabilização da hiperinflação, que entrará em vigor a partir do próximo ano, aumentando a complexidade no local. No entanto, esse nível de inflação torna a jurisdição mais atrativa para alguns investidores, uma vez que a Turquia é um mercado mais acessível.

## Estabilidade social

Regionalmente, a redução prevista na estabilidade social é impulsionada pela América do Sul e pela EMEA. Na EMEA, houve mudanças generalizadas na atmosfera. Desde 2020, as seguintes jurisdições previram que serão menos estáveis socialmente com relação ao que se apresentava anteriormente: Grécia, Turquia, Hungria, Polônia, Itália, República Tcheca e Ucrânia.

Deve-se notar que a pesquisa para este relatório foi realizada antes da invasão russa da Ucrânia acontecer. Desta forma, a previsão ucraniana de menos estabilidade social não está necessariamente ligada à crise. No entanto, é importante considerar como a opinião de especialistas sobre estabilidade política, social e econômica pode mudar agora que podemos entender mais claramente a crise. Será fundamental considerar a guerra atualmente travada na Ucrânia ao analisar o investimento, a abertura e a operação de empresas estrangeiras.

## Alfabetização digital

Globalmente, a forma como as empresas operam e incorporam está se tornando cada vez mais digitalizada. Em alguns lugares, isso foi acelerado pela pandemia da Covid-19. No entanto, muitas jurisdições estão recorrendo à

tecnologia para tornar seus ambientes menos complexos e mais atrativos para empresas e investidores estrangeiros.

Por exemplo, desde 2020, a porcentagem de jurisdições em que todas as autoridades relevantes são notificadas automaticamente após a incorporação aumentou em 10%. Isso reduz consideravelmente a carga administrativa sobre as empresas.

Ao longo do ano passado, Jersey tornou-se mais simples em nosso ranking do GBCI, passando do 45º mais complexo em 2021 para 72º em 2022. Um fator determinante são os avanços tecnológicos que facilitaram o contato entre as empresas e os órgãos governamentais relevantes.

Desde 2020, também observamos um aumento constante do número de jurisdições que exigem a emissão de notas fiscais em formato eletrônico. Em 2022, mais da metade (51%) das jurisdições tornaram obrigatória a emissão de notas fiscais em formato eletrônico, em comparação ao índice de apenas 38% em 2020. Analisando as jurisdições que observamos ano a ano como as mais simples, verificamos que elas tendem a ter um compromisso duradouro com a digitalização. Estas jurisdições incluem a Dinamarca, Curaçao e as Ilhas Virgens Britânicas.

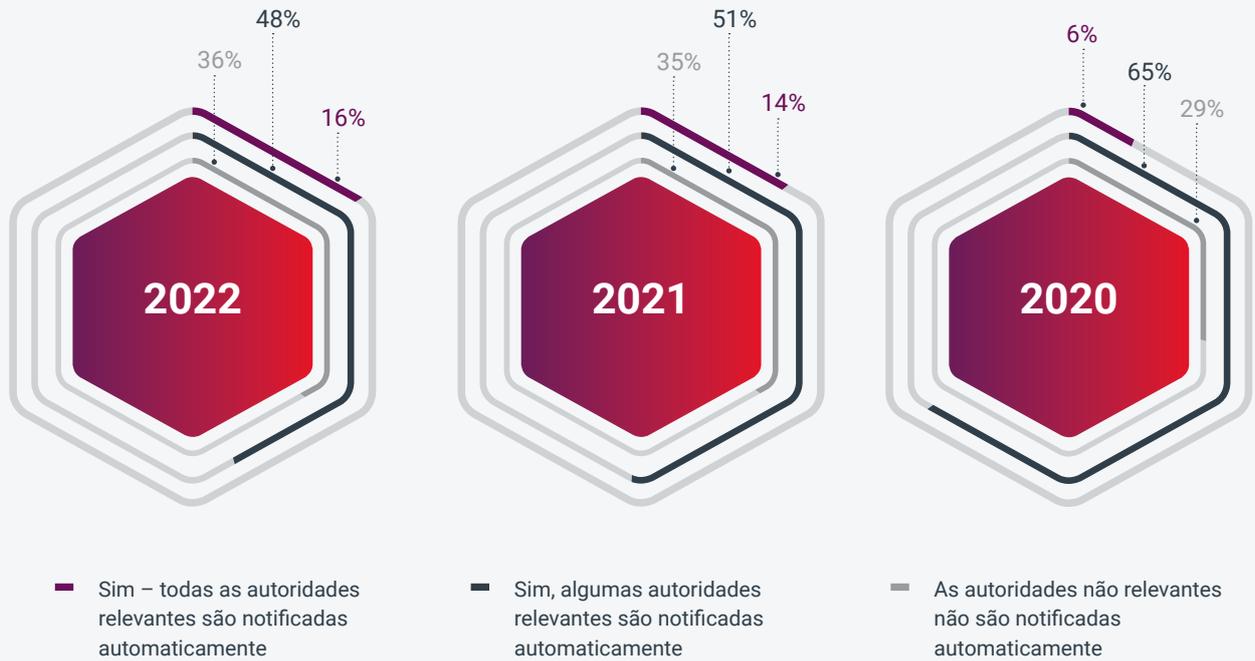
Ainda que, com o tempo, a digitalização possa impulsionar a simplificação e se tornar um benefício para as empresas estrangeiras, muitas jurisdições relatam uma “curva” inicial de complexidade enquanto governos, órgãos e empresas se adaptam a novos processos digitalizados.

Por exemplo, desde 2020 a Índia tornou-se gradualmente mais simples em nosso índice, caindo do 18º mais complexo para o 25º em 2022. Sua economia se tornou mais digitalizada nos últimos anos e, ainda que este fator torne a jurisdição mais atrativa para os investidores, as empresas precisam se habituar a operar dessa nova maneira.

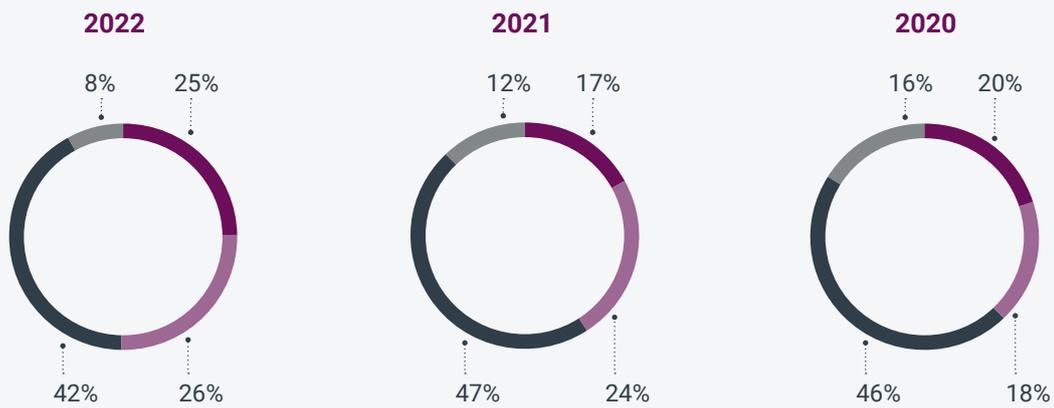
“Vimos um grande avanço digital nos últimos cinco anos. Temos mais arquivamentos eletrônicos acontecendo, um processo que o mundo começou a utilizar há cerca de uma década. Naquela época estávamos atrasados, mas agora estamos alcançando este patamar. Ainda me lembro de alguns anos atrás, quando eu entrava na fila para apresentar um relatório de folha de pagamento. No dia seguinte eu precisava retornar à fila novamente para o receber. É muito diferente agora.” – *Expert da TFM Índia*



Notificação automática das autoridades relevantes após a abertura de uma empresa



Emissão obrigatória de notas fiscais em formato eletrônico



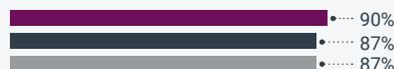
**EFETIVO: Obrigatório** 51% 41% 38%

- Obrigatório para todas as empresas
- Obrigatório para algumas empresas
- Não é obrigatória
- Não aplicável

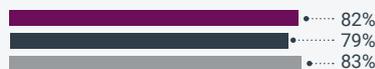
### Tipos de orientação disponíveis por parte das autoridades locais para auxiliar no cumprimento das regras e regulamentações locais

■ 2022 ■ 2021 ■ 2020

#### Suporte online



#### Telefone via suporte



#### Assessoria consultiva sobre como gerenciar uma entidade



#### Acordo antecipado de transferência de preços (Advance transfer pricing agreement - APA)



#### Programas de garantia de compliance



#### Outros



#### Nenhum dos anteriores



## Leis e legislação aberta e definida

As jurisdições onde as leis e a legislação são claras e não abertas à interpretação tendem a ser mais simples, muitas vezes em função do governo procurar ativamente ajudar as empresas a aderirem às regulamentações que eles estabelecem.

Atualmente, 90% das jurisdições oferecem suporte online para ajudar as empresas a cumprir as regras e regulamentações locais. Apenas 5% relatam que não há orientação online ou offline para ajudar as empresas, demonstrando uma abordagem mais solidária.

Algumas jurisdições vão além. Na Irlanda, por exemplo, o governo trabalha com as principais partes interessadas, incluindo empresas, para moldar as regras e regulamentações de modo que elas funcionem bem para os que são afetados por elas.

“O governo irlandês e os reguladores tentam colaborar com você para fazer as coisas funcionarem. Eles deixarão claro caso não possam ajudar, mas consultarão as empresas para fazer as coisas acontecerem.” – *Expert da TFM Irlanda*

No entanto, as jurisdições nem sempre são prestativas ao desenvolver regras e regulamentações. A Grécia continua a ser complexa, ocupando o 6º lugar neste ano, impulsionada em parte por uma legislação em constante mudança e pouco clara. Existem cerca de 150 a 200 novas leis e 1.500 a 2.000 decisões relacionadas a impostos a cada ano.

Na China, no final de 2021, houve uma reviravolta nas novas leis tributárias que impactariam os expatriados que trabalhavam na jurisdição. Esta decisão foi anunciada tardiamente, de modo que muitas empresas estrangeiras já

tinham alterado processos e procedimentos para atender às exigências fiscais. Tais decisões criaram encargos administrativos para as empresas estrangeiras.

“No dia 31 de dezembro de 2021, o governo realmente mudou os rumos com relação à regulamentação que havia sido anunciada há dois anos. Se você vir este tipo de mudança inesperada, as empresas ficarão bastante apreensivas; o que virá a seguir?” – *Expert da TFM China*

Os governos estabelecem penalidades no caso de delitos, como a submissão de cálculos de impostos imprecisos, com 97% das jurisdições agora optando por multas no caso de declarações de impostos incorretas.

A Índia adotou recentemente uma abordagem progressiva ao eliminar as penalidades para os diretores para incentivá-los a serem mais abertos e transparentes, resultando em uma sensação de respaldo por parte das empresas.

## Alinhamento internacional

Para empresas que buscam incorporar e operar internacionalmente, o alinhamento é fundamental, permitindo que operem de maneira semelhante em várias jurisdições.

A adoção de padrões internacionais como o Padrão Comum de Relatórios (Common Reporting Standard – CRS) e a Lei de Conformidade Tributária de Contas Estrangeiras (Foreign Account Tax Compliance Act – FATCA) vem crescendo nos últimos anos, refletindo um movimento global constante em direção à transparência.

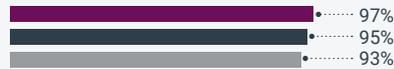
Desde a sua introdução em 2014, o CRS foi adotado por 86% das jurisdições em todo o mundo. Ele exige a troca de informações de instituições financeiras entre jurisdições



Penalidades por cálculos imprecisos nas declarações de impostos

■ 2022 ■ 2021 ■ 2020

Multa



Encarceramento



Suspensão de atividades



Suspensão de operação



Suspensão de licença



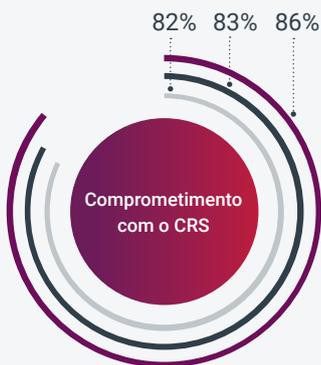
Outros



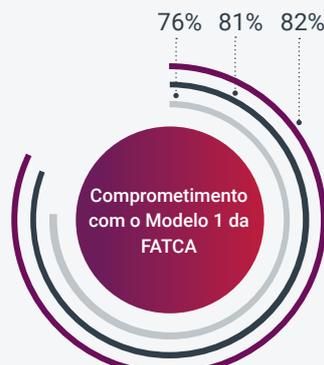
Nenhum dos anteriores



Comprometimento com a troca de informações sob o CRS



Comprometimento com o Modelo 1 da FATCA



Obrigatoriedade de manter contas no idioma local



■ 2022 ■ 2021 ■ 2020

e aumenta a transparência. Uma abordagem padronizada significa que uma empresa estrangeira que opera em uma jurisdição que adota o CRS enfrenta uma menor complexidade ao aderir a ela em outras jurisdições.

O leve aumento na adoção do CRS foi, em grande parte, impulsionado por mudanças na América do Sul. Em 2020, 60% das jurisdições da região aderiram ao CRS, saltando para 89% em 2022. Equador e Peru estão entre as jurisdições que o adotaram desde 2020.

Da mesma forma, a adoção do Modelo 1 da FATCA aumentou de maneira constante desde 2020, enquanto o comprometimento com a FATCA sob o Internal Revenue Service (IRS) diminuiu continuamente. A FATCA, assim como o CRS, incentiva o compartilhamento de informações entre jurisdições. O aumento do comprometimento com a FATCA demonstra um aumento na transparência e alinhamento global.

Outra maneira pela qual as jurisdições podem ser alinhadas internacionalmente é por meio de exigências de idioma local, ou a falta delas. As empresas que desejam ingressar e operar em jurisdições estrangeiras podem considerá-las mais simples se a documentação, os registros fiscais e a interação com os órgãos puderem ser fornecidos em um idioma que eles falam, como inglês ou espanhol.

Apesar desta mudança gradual em direção à “deslocalização” das exigências de idiomas, jurisdições como a Eslováquia ainda estipulam que as empresas devem operar e reportar no idioma local. O portal do governo para comunicação eletrônica está em eslovaco e só pode ser acessado por um documento de identificação nacional ou de um bilhete de identidade especial, cuja aquisição demora consideravelmente. Isto cria complexidade pela necessidade de se obter suporte local para superar a barreira do idioma.

DESTAQUES  
GLOBAIS

#3

# A ASCENSÃO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ESG)



MEIO AMBIENTE

RESPONSABILIDADE SOCIAL

GOVERNANÇA





Globalmente, as ESG estão se tornando mais um enfoque para negócios. No entanto, apesar do aumento do interesse, a aplicação legal das práticas ESG ainda não está em vigor em cerca de metade das jurisdições. Este cenário é majoritariamente observado fora da União Europeia (UE). As regulamentações das ESG já foram repassadas aos Estados-Membro da UE. Para aqueles que não têm aplicação legal das regulamentações das ESG, os governos da maioria das jurisdições oferecem orientações às empresas, especialmente para as maiores, que devem seguir e implementar as recomendações.

Atualmente, há falta de alinhamento internacional fora da UE, o que significa que a aplicação e o impacto das ESG são difíceis de medir e comparar, principalmente quando se trata de complexidade. Ainda que as ESG estejam em ascensão globalmente, jurisdições como a França são precursoras há muitos anos, enquanto nas Américas a adoção regulatória das ESG geralmente tem sido mais lenta, com jurisdições como a Colômbia, introduzindo esta legislação recentemente.

Fora da UE, os países tomaram medidas semelhantes para definir seus próprios quadros de financiamento sustentável. O Canadá e a Austrália criaram forças-tarefa para apresentar propostas para definir regulamentações em nível nacional e estão coordenando seu trabalho com a UE por meio da International Platform for Sustainable Finance. A Austrália priorizou ter uma taxonomia financeira sustentável em 2022.

Um dos principais impulsores das práticas e posições das ESG é a demanda de empresas, consumidores e investidores privados por mais formas éticas e sustentáveis de fazer negócios, em lugar de um impulso legal imposto pelos governos.

Em jurisdições onde não há aplicação legal das práticas ESG, os investidores estão esperando que as empresas tenham essas políticas em vigor.

Para a China, a situação é mais adiantada, pois sua taxonomia já estava em uso antes da UE definir sua própria. No final do ano passado, as duas taxonomias foram apresentadas para comparação de modo a identificar semelhanças e as principais diferenças. O objetivo era desenvolver uma "taxonomia de base comum", aumentando a interoperabilidade das taxonomias em todo o mundo e ajudando os investidores.

"As ESG estão cada vez mais no radar do Estado, com foco nas empresas estatais e públicas"

– *Expert da TMF China*

## Regulamentações das ESG na UE



### Regulamento para Divulgação de Finanças Sustentáveis (Sustainable Finance Disclosure Regulation – SFDR)

O SFDR exige que os participantes do mercado financeiro (financial market participants – FMPs) categorizem seus fundos de investimento gerenciados ou comercializados na UE. O regulamento entrou em vigor em toda a UE em março de 2021 e seu objetivo é incentivar a transparência.

### Taxonomia da UE

Esta diretiva recentemente aplicada visa classificar as atividades de investimento que são sustentáveis. Ela fornece às empresas, investidores e políticos definições apropriadas para que as atividades econômicas sejam consideradas ambientalmente sustentáveis. A adoção desta diretiva deve ajudar os investidores a evitar o greenwashing, permitindo que as empresas se tornem mais eco friendly, mitiguem a fragmentação do mercado e direcionem os investimentos para combater as mudanças climáticas.

Os relatórios de conformidade com os regulamentos e a taxonomia da UE que estão sendo implementados na legislação nacional a partir da primavera de 2022 se aplicam a grandes empresas e institutos financeiros, como bancos e seguradoras. Esperamos que esta seja uma mudança duradoura.

– *Expert da TMF Noruega*

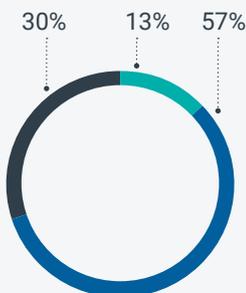
A lei da UE está sendo transposta localmente, então as ESG definitivamente vieram para ficar e estão se tornando mais relevantes.

– *Expert da TMF Chipre*

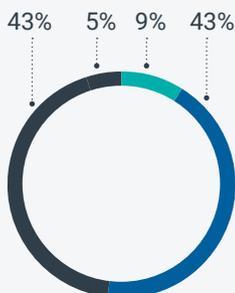


### Mudanças nos clientes de private equity e family office que buscam...

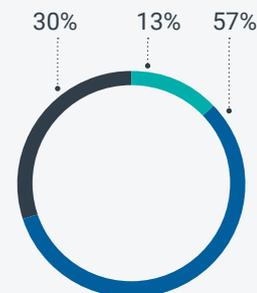
#### Investir de forma mais eco friendly



#### Investir de forma a melhorar os resultados sociais



#### Investir em empresas ou fundos que sejam governados com responsabilidade



**EFETIVO: Aumento**      70%      52%      70%

■ Aumento significativo     
 ■ Pequeno aumento     
 ■ Sem alteração     
 ■ Ligeira diminuição     
 ■ Diminuição significativa

## Meio ambiente

“O que vemos é que a maioria dessas tendências (das ESG) são impulsionadas por fornecedores, por investidores, e pelo mundo corporativo. E menos pelos próprios governos.” – *Expert em contabilidade e impostos da TMF Group*

“As ESG são definitivamente um tema em evidência. Quanto disso é instituído ainda está para ser visto.” – *Expert da TMF EUA*

Normalmente, a legislação ambiental visa grandes empresas e setores que contribuem negativamente para o meio ambiente, como os que exploram recursos naturais. No entanto, espera-se que mais empresas, independentemente do tamanho ou setor, tenham a sustentabilidade como parte de sua agenda. Dado o aumento da consciência ambiental, a expectativa de que as empresas pensem “verde” está definitivamente no radar.

Tal como acontece com as regulamentações das ESG mais amplas, a adoção da legislação verde não é obrigatória em todas as regiões, embora seja obrigatória na UE para grandes empresas e membros do mercado financeiro. A nível jurisdicional ou nacional, alguns se consideram líderes no campo da sustentabilidade ambiental, enquanto outras se referem às legislações que os governos estão apenas começando a adotar.

Guernsey e Jersey são duas das jurisdições líderes quando se trata de sustentabilidade ambiental no campo de fundos. A Guernsey Green Fund Initiative estabelece orientações

para patrocinadores de fundos e parceiros limitados (limited partners – LPs) na estruturação de um fundo legitimamente verde. Em Jersey, as autoridades introduziram uma legislação voltada às ESG para fundos e provedores de serviços de fundos, com o objetivo de combater o risco de greenwashing.

Os serviços de private equity e family office estão cada vez mais levando em consideração as práticas ambientais. Ao longo do ano passado, em 70% das jurisdições os clientes têm investido cada vez mais em práticas ecologicamente corretas.

Na Indonésia, a legislação das ESG exige que todas as empresas listadas em bolsa de valores e aquelas sob a supervisão dos Serviços Financeiros da Indonésia (Indonesian Financial Services – OJK) apresentem um relatório anual de sustentabilidade. Essas exigências podem aumentar a complexidade para quem está começando a sua jornada nas práticas de ESG.

Alguns governos também estão em um estágio inicial de seu envolvimento com as ESG, com muitos apenas adotando iniciativas e diretrizes ambientais. Em dezembro de 2021, por exemplo, a Colômbia introduziu uma lei para a criação de áreas de vida e florestas, enquanto o governo da Turquia introduziu uma lei de reciclagem de embalagens em setembro de 2021.

A nível global, a legislação ambiental está sendo aplicada em um ritmo relativamente lento. No caso de contabilidade e impostos, os governos estão menos interessados



em aplicar impostos voltados para práticas verdes e de sustentabilidade, uma vez que estas não têm um grande impacto nas receitas governamentais, por isso optarão por abordar outros impostos como prioridade.

“Vemos um aumento na introdução de impostos de sustentabilidade verde, mas não é algo que avança de maneira muito rápida. Provavelmente devido a todos os outros desafios de que estamos a discutir, como a Covid-19 e a necessidade de aumentar as taxas de IRC e VAT. Com impostos verdes ou impostos de sustentabilidade, o impacto na receita do governo não é tão grande. Portanto, como as autoridades precisam de dinheiro para financiar seus gastos governamentais, é mais provável que se concentrem em impostos de maior valor.” – *Expert em contabilidade e impostos da TMF Group*

A falta de alinhamento internacional na legislação e nos relatórios ambientais indica que camadas complementares de relatórios de sustentabilidade em nível jurisdicional podem adicionar complexidade e desafios para empresas que desejam fazer negócios internacionalmente.

## Social

Como vimos nas iniciativas de sustentabilidade, há um enfoque crescente em regulamentações voltadas para a sociedade que visam apoiar e proteger os funcionários. Certos benefícios relacionados ao RH que as empresas são legalmente obrigadas a oferecer aos funcionários efetivos aumentaram em comparação com os anos anteriores.

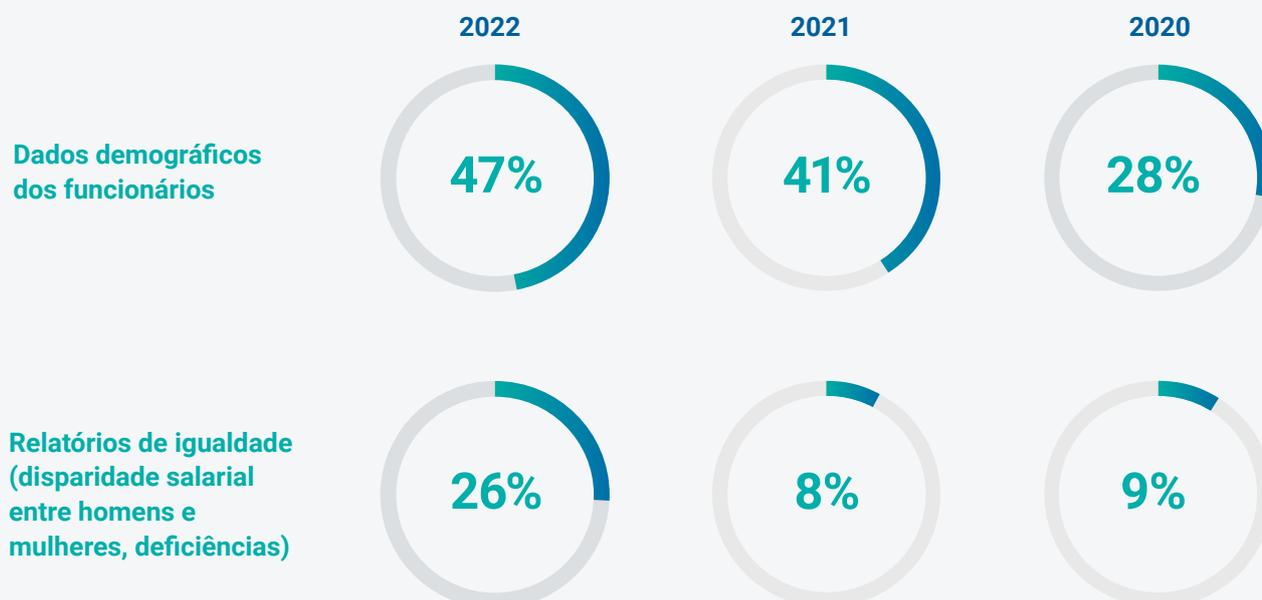
Por exemplo, convênio médico (58%), subsídio para creche (31%) e contribuições habitacionais/de assistência social (27%) têm maior probabilidade de serem legalmente exigidas em 2022.

As empresas também são obrigadas a enviar relatórios e informações relacionadas à igualdade, abrangendo áreas como disparidades salariais de gêneros e de deficiências, em mais jurisdições – até 26% em 2022 e 9% em 2020.

A exigência de enviar relatórios demográficos de funcionários às autoridades governamentais também aumentou anualmente, de 28% em 2020 para 47% em 2022. Em termos de frequência de envios, metade das jurisdições (51%) afirma que relatórios demográficos de funcionários são apresentados pelo menos uma vez a cada três meses, enquanto 36% indicam a mesma frequência para relatórios sobre disparidades salariais entre homens e mulheres. A tendência ascendente em relatórios obrigatórios de funcionários e coleta de dados foi discutida pelos experts em folha de pagamento e RH da TMF Group, Adele Ewing e Gary Wright:

“Sob a ótica do RH, as pessoas querem mais informações sobre as circunstâncias dos indivíduos, por exemplo, deficiência, horas de trabalho e relatórios sobre disparidades salariais entre homens e mulheres. Este tipo de busca realmente aumentou nos últimos cinco anos ou mais. Além disso, muitos países também querem entender as diferenças compostas entre os salários do executivo-chefe e da pessoa com o menor salário da empresa. Então, estamos tendo que produzir muito mais dados.”

### Relatórios sobre funcionários que as empresas são obrigadas a fornecer às autoridades governamentais para todas as organizações



Estes relatórios estão crescendo em tamanho e relevância, mas aumentam a complexidade de se fazer negócios em uma jurisdição.

Assim como nas ESG, alguns locais são considerados jurisdições “líderes” no espaço social. Na França, por exemplo, existem relatórios obrigatórios baseados na diversidade, deficiência e disparidade salarial entre homens e mulheres. O relatório sobre deficiências é obrigatório para empresas com menos de 20 funcionários, sendo que o relatório sobre disparidades salariais entre gêneros é obrigatório para empresas com 50 funcionários ou mais (50 também é o número mínimo em Portugal).

“Para o equilíbrio de gênero, há um relatório anual obrigatório, se ele não for providenciado, você receberá multas. Portanto, é muito fácil de rastrear.” – *Expert da TMF França*

Na Croácia, foram estabelecidas cotas para empregar pessoas com deficiência. O empregador que não empregar um deficiente é obrigado a calcular e pagar uma taxa mensal – 30% do salário-mínimo para cada pessoa com deficiência que foi obrigado a contratar para cumprir a cota.

Outras jurisdições adotaram recentemente uma legislação trabalhista para abordar a diversidade e a inclusão. Na Colômbia, o governo introduziu a primeira lei deste tipo em dezembro de 2021, com empresas recebendo incentivos para contratar jovens ou mulheres.

## Governança

O último componente das ESG abrange a governança corporativa. Há uma tendência para maior responsabilidade corporativa e transparência, especialmente para organizações maiores, e até mesmo empresas estatais.

Com relação ao fornecimento de informações de Beneficiário Final (Ultimate Beneficial Owner – UBO) e/ou pessoa com controle significativo (person with significant control – PSC) a um registro central, há uma exigência crescente de manter essas informações no endereço registrado da empresa, passando de 48% em 2020 para 55% em 2022. A exigência de tornar as informações de UBO/PSC acessíveis ao público em geral também aumentou, de 24% em 2020 para 29% em 2022. Além disso, três quartos (74%) das jurisdições populares com relação a patrimônio privado e family offices (private wealth and family office – PWFO) exigem que os indivíduos detentores de patrimônio privado divulguem suas identidades às autoridades relevantes. A transparência é uma tendência global para os investidores, mas para alguns deles é importante manter um nível de privacidade. Para indivíduos ricos de jurisdições sul-americanas, investir

em jurisdições como Curaçao e Ilhas Virgens Britânicas pode ajudá-los a proteger seus ativos e sua segurança. Estes indivíduos poderiam estar em risco se criminosos e membros de facções em suas próprias jurisdições fossem informados e tivessem acesso potencial a seus ativos.

“Estando perto da América do Sul e com a constante agitação política em certas jurisdições, os sul-americanos querem ter certeza de que seus ativos estão seguros. Então, eles os colocam em entidades offshore. Não para evitar impostos, mas apenas para garantir que eles não possam ser tomados pelo governo. Além disso, eles estão colocando seus ativos aqui para que os bancos locais não possam compartilhar informações com criminosos, então também é uma questão de segurança.” – *Expert da TMF Curaçao*

Três quartos das jurisdições (76%) relatam que os diretores de Veículos para Fins Especiais (Special Purpose Vehicles – SPV) podem ser responsabilizados pessoalmente por obrigações comerciais, vinculadas ao enfoque na transparência e no cumprimento das leis e legislações locais.

A pesquisa deste ano destaca que as exigências de transparência para empresas de capital aberto também estão aumentando. Por exemplo, desde 2020 nas Filipinas, as empresas de capital aberto são obrigadas a apresentar um manual sobre governança corporativa. Ele se concentra nas responsabilidades de governança, divulgação e transparência, controles internos e gestão de riscos, relacionamento com acionistas e deveres para com as partes interessadas.

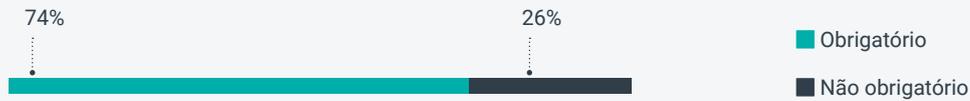
No Brasil, as empresas estão cada vez mais falando sobre seu foco em boas práticas e transparência: “O Brasil tem uma história recente de corrupção e confronto, o que impulsionou muitas reações positivas de players relevantes do mercado em relação às ESG. Vemos empresas divulgando suas boas práticas e vemos bons resultados.” – *Expert da TMF Brasil*

Vimos, e continuaremos a ver, um aumento do tipo de legislação que está sendo introduzida na Europa, abrangendo áreas como a de whistleblowing, de combate à corrupção e de boa governança. Não apenas há um aumento deste tipo de legislação, mas também uma tendência crescente deste tipo de transparência esperada por clientes e investidores externos.

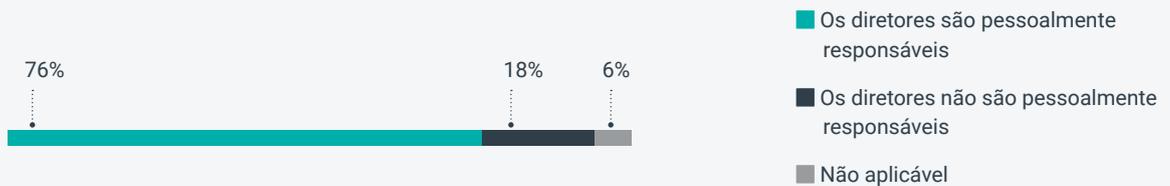
“As empresas estão se tornando muito mais interessadas em saber com quem estão fazendo negócios e certificando-se de que estão se afiliando a empresas que têm valores e ética semelhantes, e ética sobre como tratamos as pessoas, como tratamos o meio ambiente e garantindo que temos altos padrões para nós mesmos



### Exigência para que indivíduos de PWFO divulguem sua identidade às autoridades relevantes



### Diretores de Veículos para Fins Especiais (Special Purpose Vehicles – SPVs) considerados pessoalmente responsáveis pelas autoridades por obrigações comerciais



como parte da comunidade global. Nossos clientes geralmente relatam diretamente ao conselho com quem lidam, com quem interagem e querem ter certeza de que as partes com as quais estão fazendo negócios tenham valores e expectativas semelhantes.” – *Expert em gerenciamento de entidades da TMF Group*

### Qual será o impacto das ESG na complexidade?

Pode ser muito cedo para dizer como este enfoque maior nas ESG afetará os negócios. No entanto, as exigências de relatórios ESG aumentarão a complexidade. As empresas terão que implementar maneiras de monitorar aspectos como sua pegada de carbono, dados demográficos de funcionários e em quem investem e com quem investem.

“Acredito que as ESG tornarão as coisas mais complexas. Se você estiver olhando para os clientes maiores que terão que fornecer relatórios ESG, são novas métricas que eles não necessariamente reuniram antes.” – *Expert da TMF Reino Unido*

No entanto, se as práticas de ESG se alinharem em nível global, como aconteceu nas jurisdições da UE, os relatórios ESG podem ser um passo uniforme para todos, com um impacto mínimo na complexidade.

“Imagino que quanto mais as ESG se tornarem parte de nossa abordagem padrão aos negócios e de construção de nossas relações comerciais, quanto mais padronizarmos, mais fácil será. Então, nesse sentido, eu diria que isto poderia realmente facilitar as coisas para nós. O outro lado da moeda é que, à medida em que integrarmos as ESG, teremos mais uma etapa a percorrer e outro nível de due

diligence a ser adicionado aos nossos processos. Acredito que a discussão poderia ir para ambos os lados, mas eu tenho uma tendência a acreditar que isso poderia realmente ajudar a simplificar à medida que padronizamos.” – *Expert da TMF Ilhas Cayman*

Com consumidores, investidores e empresas esperando que as organizações implementem práticas ESG, é provável que ocorra uma mudança de cultura global. Um passo em direção ao alinhamento internacional sobre ESG pode significar que o impacto na complexidade será mínimo, já que todas as jurisdições terão uma experiência semelhante.

“O que você mais vê é uma sensação. Grandes preocupações com os grandes bancos dizendo: “Não concedemos mais empréstimos para empresas que estão investindo em petróleo ou gás”. Eles querem começar uma nova onda e investir em uma nova energia que seja mais sustentável para o futuro. Esta é uma mudança muito importante em comparação com o ano passado. As empresas mais importantes também estão investindo nisso e têm políticas vigentes. Eles são forçados pela lei, mas também estão tomando ações concretas para garantir que estejamos em compliance com essas leis e regulamentos. Eu enxergo isso de uma forma muito positiva. O que você está realmente vendo é uma mudança na cultura. Acredito que seja um bom passo adiante.” – *Expert da TMF Holanda*

# A CLASSIFICAÇÃO DO ÍNDICE GLOBAL DE COMPLEXIDADE CORPORATIVA 2022

PÁGINAS  
24-29

## AS DEZ JURISDIÇÕES MAIS COMPLEXAS

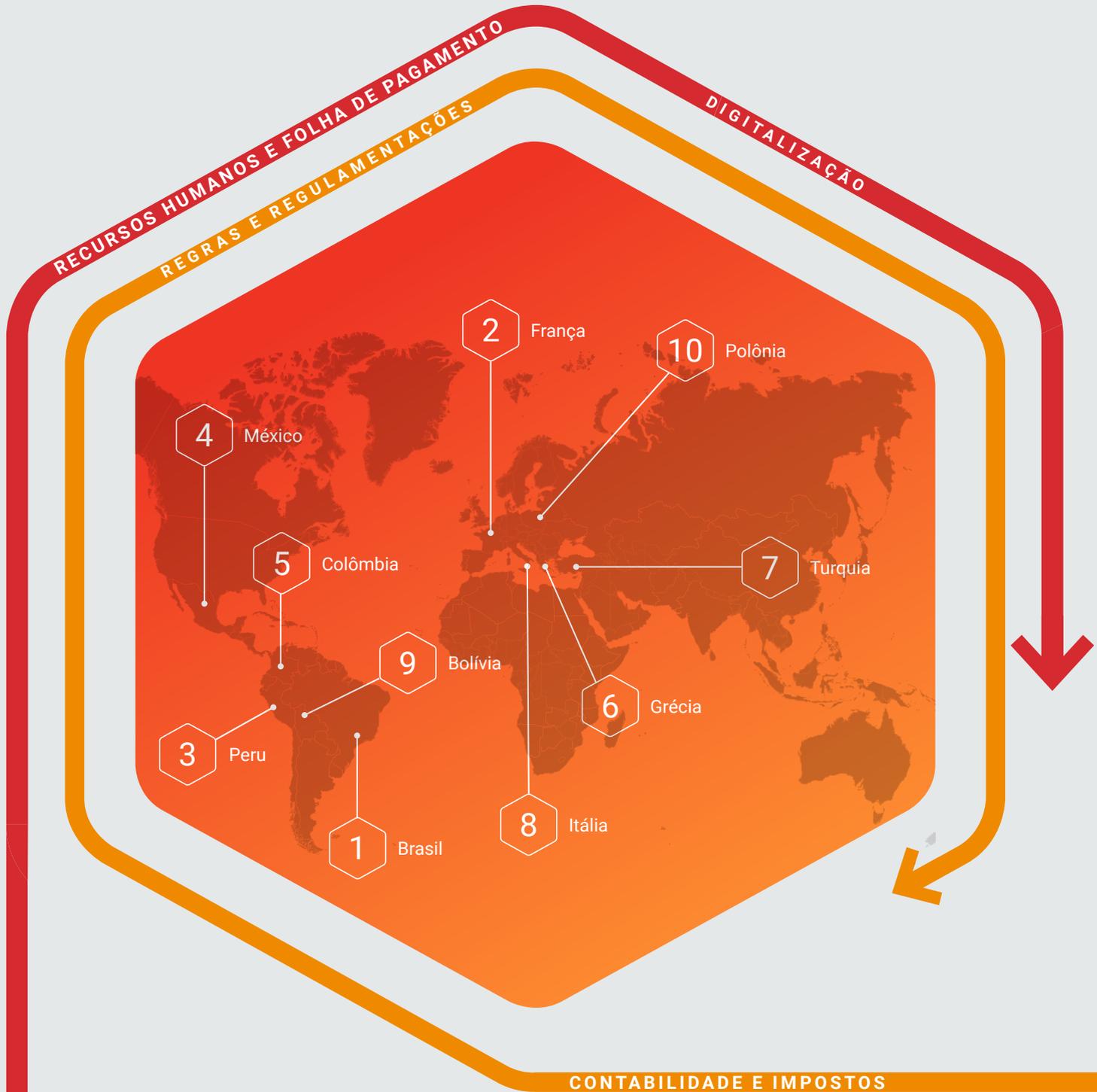
	2022	2021	2020
<b>1</b> - Brasil	(1)	(2)	
<b>2</b> - França	(2)	(12)	
<b>3</b> ^ Peru	(24)	(23)	
<b>4</b> v México	(3)	(13)	
<b>5</b> v Colômbia	(4)	(8)	
<b>6</b> ^ Grécia	(13)	(5)	
<b>7</b> v Turquia	(5)	(11)	
<b>8</b> ^ Itália	(15)	(36)	
<b>9</b> v Bolívia	(8)	(4)	
<b>10</b> - Polônia	(10)	(34)	
<b>11</b> v Indonésia	(6)	(1)	
<b>12</b> v Argentina	(7)	(3)	
<b>13</b> ^ Suécia	(52)	(38)	
<b>14</b> v China	(12)	(6)	
<b>15</b> ^ Chile	(40)	(64)	
<b>16</b> v Coréia do Sul	(11)	(17)	
<b>17</b> - Bélgica	(17)	(19)	
<b>18</b> v Nicarágua	(14)	(7)	
<b>19</b> ^ Paraguai	(58)	(33)	
<b>20</b> ^ Alemanha	(27)	(40)	
<b>21</b> ^ Venezuela	(33)	(52)	
<b>22</b> - Malásia	(22)	(9)	
<b>23</b> ^ Áustria	(38)	(41)	
<b>24</b> v Cazaquistão	(16)	(25)	
<b>25</b> v Índia	(20)	(18)	
<b>26</b> v Eslovênia	(23)	(30)	



2022	2021	2020	2022	2021	2020		
27 ^	Uruguai	(39)	(43)	53 ^	Chipre	(54)	(28)
28 ^	República Dominicana	(41)	(67)	54 ^	República da Irlanda	(74)	(70)
29 v	Eslováquia	(46)	(21)	55 ^	Catar	(66)	(49)
30 ^	Filipinas	(37)	(57)	56 ^	Holanda	(70)	(72)
31 ^	Ucrânia	(35)	(56)	57 ^	Luxemburgo	(65)	(50)
32 ^	Rússia	(26)	(22)	58 v	Singapura	(50)	(60)
33 v	Romênia	(29)	(35)	59 v	Jamaica	(30)	(75)
34 v	Croácia	(28)	(14)	60 v	Suíça	(56)	(62)
35 v	Panamá	(25)	(15)	61 -	Emirados Árabes Unidos	(60)	(53)
36 -	Guatemala	(36)	(32)	62 ^	Ilhas Maurício	(68)	(68)
37 v	Portugal	(19)	(31)	63 v	República Tcheca	(61)	(48)
38 ^	Hungria	(43)	(27)	64 v	Israel	(63)	(63)
39 v	Espanha	(34)	(29)	65 v	Austrália	(62)	(58)
40 v	Equador	(18)	(10)	66 v	Guernsey	(55)	(45)
41 ^	Sérvia	(48)	(20)	67 v	Malta	(64)	(61)
42 v	Vietnã	(21)	(24)	68 v	Reino Unido	(53)	(44)
43 v	Taiwan	(32)	(16)	69 v	Noruega	(51)	(55)
44 ^	El Salvador	(69)	(71)	70 v	Nova Zelândia	(67)	(59)
45 v	Costa Rica	(9)	(26)	71 -	Estados Unidos	(71)	(76)
46 v	Finlândia	(42)	(39)	72 v	Jersey	(45)	(65)
47 v	Honduras	(31)	(47)	73 v	Ilhas Virgens Britânicas	(72)	(73)
48 v	África do Sul	(47)	(37)	74 ^	Hong Kong	(76)	(66)
49 v	Tailândia	(44)	(42)	75 ^	Dinamarca	(77)	(74)
50 v	Bulgária	(49)	(51)	76 v	Curaçao	(73)	(77)
51 ^	Japão	(59)	(46)	77 v	Ilhas Cayman	(75)	(69)
52 ^	Canadá	(57)	(54)				

DEZ JURISDIÇÕES MENOS COMPLEXAS

# AS DEZ JURISDIÇÕES MAIS COMPLEXAS





## ↔ 1 Brasil

2021 (1)  
2020 (2)

O Brasil lidera mais uma vez o ranking como a jurisdição mais complexa depois de estar em primeiro lugar em 2021. Os principais impulsionadores da complexidade no Brasil são o volume de mudanças regulatórias a cada ano, bem como as três camadas de regimes tributários a serem observados – federal, estadual e municipal.

No ano passado, a complexidade do Brasil foi impulsionada por mudanças de curto prazo realizadas em resposta à pandemia da Covid-19. Isso incluiu incentivos governamentais temporários para ajudar as empresas a reduzir seus custos com folha de pagamento e reduções de impostos para ajudar as empresas a manterem seus funcionários. Estas mudanças adaptativas vieram com uma grande carga administrativa. Agora, no GBCI deste ano, a suspensão destes incentivos vem com uma carga de trabalho administrativa semelhante à medida que as empresas voltam à normalidade.

Por outro lado, a Covid-19 acelerou os já altos níveis de digitalização. Por exemplo, antes da pandemia, todos os serviços notariais exigiam presença física e assinatura presencial de documentos. Isso foi substituído por soluções como formatação digital e videochamadas, e essas mudanças parecem destinadas a permanecer.

Um dos processos mais complexos no Brasil continua sendo a abertura de novas entidades, levando numerosos 45 dias para que as empresas lidem com as três camadas de regulamentação. A nível federal, as empresas devem criar uma identificação fiscal e selecionar seu código tributário com base no setor específico de sua empresa. As empresas pagam o IVA e o imposto sobre serviços a nível estadual e o imposto sobre a receita a nível municipal. Os impostos sobre a receita variam entre as cidades. Apesar desse processo demorado ser agora majoritariamente digitalizado, as empresas devem ter um representante residente local nomeado. Os acionistas estrangeiros devem nomear um representante legal residente e a entidade local deve ter um diretor residente local.

Nossos experts no Brasil preveem que o próximo ano será de “business as usual”. Eles acreditam que nenhuma grande reforma ocorrerá antes das eleições presidenciais de outubro de 2022. A partir de 2023, a reforma e a simplificação tributária provavelmente se tornarão uma discussão ativa na agenda política.

Ainda que as regulamentações no Brasil sejam complexas, a jurisdição apresenta oportunidades, com um grande mercado consumidor de 213 milhões de habitantes. Os ativos sob a administração do Brasil estão em alta, com crescimento nos setores de energia, infraestrutura e serviços.



A dinâmica de se fazer negócios no Brasil é aquela em que você precisa monitorar ativamente as atualizações regulatórias. O Brasil é uma das jurisdições com o maior número de mudanças legais ou fiscais a cada ano.

Expert da TMF Brasil

## ↔ 2 França

2021 (2)  
2020 (12)

A França continua em segundo lugar em nosso ranking de 2022. Historicamente pautada no funcionário, a abordagem do governo francês durante a pandemia da Covid-19 enfatizou essa atitude com arranjos econômicos para ajudar a absorver parte do impacto da pandemia, ajudando as empresas e, por sua vez, seus funcionários. Embora esse apoio fosse atrativo para as empresas, o benefício dos arranjos aumentava a complexidade administrativa. A França também continua a ser particularmente desafiadora para empresas devido ao número de leis trabalhistas que protegem o funcionário.

A contabilidade e impostos podem ser particularmente complexos na França devido às exigências de uso do idioma local e ao número de impostos e relatórios fiscais que precisam ser preenchidos. Estes fatores são desafiadores para as empresas estrangeiras que devem se adaptar às formas locais de trabalho.

A França é considerada uma jurisdição líder para as ESG, especialmente com relação à legislação ambiental e social, além de ter sido uma das primeiras a adotar as regras da UE, desenvolvendo regulamentações ESG antes da União. Exemplos incluem legislação de igualdade de gênero e regras para o emprego de pessoas com deficiência, que se aplicam a empresas que tenham a partir de 20 funcionários.

Embora a França esteja posicionada como uma jurisdição complexa, o atual governo francês é orientado para os negócios e está tentando tornar a jurisdição um destino mais atrativo. Portanto, a complexidade aqui reside nas barreiras tradicionais e estruturais.



Você tem muitos impostos e cada um deles diferente para tudo. Você pode ter impostos sobre joias, sobre publicidade e sobre a água. Você tem impostos sobre muitas coisas, dependendo da sua atividade. Uma subsidiária básica terá que pagar e preencher documentos para cerca de dez coisas diferentes, mesmo para uma empresa pequena. Isso surpreende os investidores estrangeiros porque eles não estão acostumados a ter tantos impostos diferentes para se preocupar.

Expert da TMF França

### ↑ 3 Peru

2021 (24)  
2020 (23)

A complexidade aumentou consideravelmente no Peru desde 2021, passando da 24ª para a 3ª posição no ranking. Este foi o resultado da agitação política nos últimos seis anos, com a corrupção levando a governos provisórios. A posse do novo presidente Pedro Castillo está contribuindo para a incerteza devido a uma sensação de falta de experiência política.

O processo de abertura de entidades é outro fator-chave de complexidade para empresas estrangeiras e locais. Leva cerca de 20 dias, com a necessidade de assinaturas presenciais e reuniões com cartórios contribuindo para este período prolongado.

Outro fator de complexidade são as exigências de relatórios fiscais mensais introduzidos em 2021. Eles exigem que qualquer empresa com contas mensais de 10.000 soles (€ 2.540) ou mais apresente relatórios fiscais, com o objetivo de reduzir a evasão fiscal. Ainda isso possa ser complicado para as empresas, esta medida parece demonstrar um esforço pela transparência.

O Peru continua sendo uma jurisdição altamente atrativa graças aos seus ricos recursos naturais, como zinco, cobre, ferro e chumbo. Para proteger estes recursos e impulsionar a sustentabilidade, o Peru possui regras e legislação relacionadas ao tratamento do solo. Por exemplo, a jurisdição exige consultas públicas que podem levar até um ano para investigar o impacto ambiental das empresas que buscam lucrar com os recursos naturais. Embora isso aumente a complexidade, a reputação ambiental da jurisdição também é impulsionada, tornando-a mais atrativa para organizações e indivíduos orientados pela sustentabilidade.



Acredito que uma das grandes coisas que precisam mudar para tornar o Peru mais simples para as empresas é a introdução de assinaturas eletrônicas. No momento, há necessidade de assinaturas presenciais e comparecimento aos cartórios. Isso pode atrasar as coisas e tornar as coisas mais complexas.

Expert da TFM Peru

### ↓ 4 México

2021 (3)  
2020 (13)

Ao contrário de muitas outras jurisdições, o México não implementou nenhum incentivo durante a pandemia para aliviar a pressão financeira sobre as empresas. Isso se deve em parte à natureza lenta do parlamento, mas também às iminentes eleições políticas de 2022.

Incorporar uma empresa continua sendo um dos aspectos mais complexos de se fazer negócios no México. Todas as empresas devem ter um número de identificação fiscal para existirem legalmente, mas ele só pode ser obtido por meio de agendamentos presenciais, para recolhimento de dados biométricos. Durante a pandemia, as autoridades fiscais reduziram a sua capacidade operacional para cerca de 40%, acrescentando atrasos significativos aos prazos de incorporação. Abrir uma conta bancária também é um processo demorado, geralmente levando de dois a três meses.

Operar no México é complexo, mas geralmente é um processo relativamente estável. No entanto, uma lei recente foi aprovada exigindo que todas as empresas paguem 10% dos lucros gerados a cada ano financeiro aos funcionários permanentes. Novos negócios podem ser abertos prevendo isso, mas essa mudança criou complexidade para as empresas existentes que precisavam se adaptar a ela. Isso também levou muitas empresas que empregavam terceirizados a contratar funcionários permanentes. Algumas empresas que prestam serviços de terceirização estão sujeitas a exigências de relatórios mais elevadas.

A partir de 1º de janeiro de 2022, entrou em vigor uma nova lei exigindo que as empresas forneçam informações de UBOs às autoridades fiscais. As exigências exatas da nova lei não são claras, com novas obrigações prolongando o processo de incorporação em cerca de três semanas.

Outra reforma recente diz respeito aos relatórios de folha de pagamento. As autoridades fiscais devem carimbar todos os documentos, e uma nova legislação está entrando em vigor, exigindo que o código postal dos funcionários esteja no carimbo registrando data e hora. Isso criará uma carga administrativa e idiossincrática elevada. No entanto, há esperança de que o México se torne mais simples à medida em que a pandemia vai passando.



Acredito que a única coisa que vai aliviar a complexidade é o fim da pandemia. Esperamos que o gargalo da autoridade fiscal diminua. Com este aspecto melhorando, todos os processos de abertura de um negócio no México podem se tornar mais simples, um pouco menos penoso.

Expert da TFM México



## ↓ 5 Colômbia

2021 (4)  
2020 (8)

A Colômbia experimentou muitas mudanças legislativas nos últimos dez anos. Os impostos são muito complexos, devendo ser apresentados a nível nacional, regional e local. A existência de mais de 1.200 municípios é um dos principais impulsionadores da complexidade dos negócios da jurisdição.

Durante os anos eleitorais, o país fica parado, apreensivo até que o resultado da eleição seja apurado, e isso se tornou mais acentuado nas duas últimas eleições em que surgiu um candidato promissor de centro-esquerda.

A Colômbia recentemente adotou a legislação das ESG. Uma nova lei de dezembro de 2021 visa criar e preservar florestas e outras áreas naturais em toda a Colômbia, e o governo estabeleceu uma agenda alinhada ao Acordo de Paris para ser neutra em carbono até 2050. O governo também introduziu um novo tipo de lei trabalhista, por meio do qual as empresas podem receber incentivos para a contratação de jovens e/ou mulheres.



Este é um ano muito importante para a Colômbia. Embora as eleições estejam criando alguma incerteza sobre as futuras políticas governamentais para empresas e investimentos, o país administrou positivamente a pandemia e, após recuperar totalmente suas perdas de 2020, deve crescer mais de 5% em 2022 de acordo com a OECD.

*Expert da TMF Colômbia*

## ↑ 6 Grécia

2021 (13)  
2020 (5)

A Grécia continua a ser um lugar complexo para fazer negócios. Como nos anos anteriores, um fator importante de complexidade são as constantes mudanças na legislação, com 150-200 novas leis e 1.500-2.000 novas decisões a cada ano.

Embora o ambiente legislativo mutável não seja uma novidade, a jurisdição se tornou mais complexa no ano passado, subindo da 13ª colocação de 2021. Isso foi impulsionado por um novo sistema digital introduzido durante a pandemia da Covid-19. Sem este sistema, não haveria outra forma de permitir que as empresas incorporassem e operassem em função da dependência do contato presencial entre as organizações e os órgãos governamentais.

A introdução de processos digitais normalmente simplifica a incorporação e as operações a longo prazo. No entanto, ela pode criar um período inicial de maior complexidade. Esperamos que fazer negócios na Grécia se torne algo mais simples nos próximos anos em função desta mudança, mas ela produziu problemas por enquanto. Por exemplo, o governo criou um modelo para incorporação de negócios online. No entanto, só é relevante para cerca de 10% das empresas. Para empresas que não podem se beneficiar do modelo, ainda é preciso comparecer a um cartório.

A digitalização contábil e fiscal também tem sido problemática. O portal "MyData" do governo permite que as entidades enviem registros fiscais (sobre as vendas) em tempo real, incluindo o relatório de despesas e ativos. A longo prazo, isso visa reduzir a complexidade, dando uma perspectiva mais completa e atualizada às autoridades. No entanto, as receitas e despesas para 2021 precisam ser retroativas. O governo grego adiou o prazo para apresentação de documentos relativos a receitas retroativas, devido à complexidade deste processo. O MyData também requer um investimento: um mínimo de € 20.000 para empresas de médio e grande porte.

Apesar do aumento da complexidade na jurisdição, a Grécia continua atrativa e há uma expectativa de que nos próximos anos ela colherá os benefícios de seu enfoque na digitalização.



Durante os anos de Covid, não havia outro caminho porque, na prática, não tínhamos processos eletrônicos de governo. Em seis meses, o governo tentou implementar certas medidas, mas que acabaram culminando em burocracia eletrônica. Então, saímos da burocracia típica para a digital.

*Expert da TMF Grécia*

## ↓ 7 Turquia

2021 (5)  
2020 (11)

A Turquia muda as regulamentações frequentemente e continua se esforçando para digitalizar os serviços públicos. Os desafios estão no curto período de tempo dado para se adaptar às mudanças e na falta de empenho colaborativo entre governos, dificultando o compliance. As mudanças regulatórias são introduzidas com informações e orientações mínimas. Embora seja difícil adaptar essas mudanças dentro dos prazos exigidos, elas visam tornar a Turquia um ator importante na economia global.

As dificuldades econômicas também causaram problemas para a Turquia no ano passado. A lira turca se desvalorizou em relação às moedas estrangeiras e o país sofreu com a hiperinflação. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) anual para a Turquia em 2021 foi de 40%, com o índice de produção em torno de 86%. No primeiro trimestre de 2022, as taxas do índice de produção atingiram 100%, o que significa que haverá um impacto significativo no preço dos bens de consumo nos próximos meses. Tal incerteza e fluxo podem gerar complexidade para empresas estrangeiras.

Apesar dos desafios, a Turquia será um mercado acessível e considerada atrativa para investidores estrangeiros. No entanto, a tendência da diminuição de consumidores pode desencorajar o investimento estrangeiro.



Em um ambiente em que oferecemos serviços a multinacionais e os tomadores de decisão estão fora da Turquia, você precisa conscientizar todas as partes relevantes das mudanças frequentes na regulamentação e pedir que ajam rapidamente para se adaptar às mudanças necessárias como autoridade signatária. Essa é a principal dificuldade para todos os stakeholders do mercado.

*Expert da TMF Turquia*

## ↑ 8 Itália

2021 (15)  
2020 (36)

A Itália tornou-se cada vez mais complexa nos últimos anos, passando da 15ª posição em 2021 para a oitava no GBCI deste ano.

Este aumento na complexidade se deve em parte ao fato de a Itália ser um dos primeiros países da Europa a introduzir o faturamento eletrônico em 2020. As notas fiscais internacionais serão adicionadas às exigências de transações digitais entre empresas existentes a partir de julho de 2022. Enquanto as etapas necessárias em direção à transição para o faturamento eletrônico são desafiadoras e demoradas, a longo prazo, elas devem tornar as operações muito mais simples, reduzindo a submissão manual de dados de documentação contábil. No futuro, as notas fiscais eletrônicas poderão se tornar a base das declarações de VAT.

Apesar da mudança para faturas digitais, o processo de abertura de entidades na Itália permanece altamente manual, geralmente levando entre 30 e 90 dias. Durante a fase de incorporação de novas empresas italianas, um notário precisa estar envolvido, exigindo a presença de procuradores da empresa. Além disso, os documentos de incorporação devem ser autenticados pessoalmente no exterior e assinaturas eletrônicas não são aceitas. Um grande atraso causado pela Covid-19 aumentou os prazos em função das restrições de acesso nos escritórios públicos da Agência da Receita e do Registro Comercial.

Após a incorporação, surgem complicações adicionais das regras sobre as deliberações que devem ser aprovadas pelos conselhos de administração e pelos acionistas, que geralmente ocorrem apenas duas vezes por ano.

O processo de abertura de uma conta bancária na Itália também é complexo. A Itália se alinhou com as leis de prevenção à lavagem de dinheiro (anti-money laundering – AML) da diretiva da UE, mas os reguladores italianos estão aplicando restrições adicionais para identificar UBOs. Isso leva a exigências de documentação adicionais, alguns dos quais devem ser apresentados pessoalmente.

Juntamente com o alinhamento dos registros de AML e UBO da UE, a Itália segue padrões contábeis comuns. Como Luxemburgo, o padrão contábil da Itália é o GAAP Local, mas ele gradualmente se tornou mais alinhado aos princípios das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS).

A Itália tem um mercado de trabalho altamente regulamentado que pode causar complicações para as empresas devido à inflexibilidade. Qualquer acordo de compensação ou de rescisão com empregados deve ser realizado junto ao escritório de trabalho ou aos sindicatos. Além disso, as regulamentações da legislação trabalhista mudam frequentemente junto com os governos, embora o Primeiro-Ministro Draghi pareça estar pronto para liderar um (raro) período estável de governo pela frente.



## ↓ 9 Bolívia

2021 (8)

2020 (4)

Os requisitos locais são uma das principais razões para a posição da Bolívia no top 10, assim como a necessidade de um representante legal boliviano ou residente local, e os trabalhadores estrangeiros não podendo exceder 15% do número total de funcionários de uma empresa. Além disso, o sistema contábil precisa ser em espanhol e na moeda local, administrado por um contador certificado em território boliviano. Esses fatores geram complexidade para empresas estrangeiras que estão acostumadas a uma abordagem mais globalizada.

O ônus dos arquivamentos em papel também torna as coisas mais complicadas. As empresas têm a obrigação legal de manter registros em papel da atividade durante um período de três a oito anos, dependendo da entidade governamental que a supervisiona. Isso vai desde sua constituição e atas de reunião até registros contábeis. Apesar desta abordagem "antiquada", a jurisdição está gradualmente se tornando mais digitalizada com declarações de impostos de gestão, fundos de pensão e salários agora sendo realizados através de portais digitais.

A Bolívia é progressista no que diz respeito à legislação de sustentabilidade. Por exemplo, no início da atividade comercial toda empresa deve obter uma licença ambiental para poder operar e permanecer regularizada, com compromissos dependendo do seu ramo de atividade. Isso é atrativo para empresas e investidores que buscam atuar de forma mais sustentável. No entanto, o não-compliance com esta licença pode gerar multas.

Embora as empresas possam enfrentar complexidade na Bolívia, ela ainda é uma jurisdição atrativa graças à sua riqueza de recursos naturais. Com o compromisso com práticas sustentáveis, espera-se que essa atratividade continue e a complexidade diminua.



A declaração digital por meio de portais digitais de gestão, declarações perante os Administradores de Fundos de Pensão (AFPs) e listas salariais para o Ministério do Trabalho ajudam a simplificar as coisas para as empresas na Bolívia.

*Expert da TMF Bolívia*

## ↔ 10 Polônia

2021 (10)

2020 (34)

No ano passado, o governo polonês introduziu várias leis que foram aprovadas em um curto período de tempo e acompanhadas de pouca orientação pública. A principal mudança foi a introdução do "Polish Deal", que foi significativa, pois reformulou o sistema tributário. Esta medida não apenas mudou as leis tributárias que impactam empresas, empresários e funcionários, mas também a forma como os salários são calculados. Com a falta de orientação das autoridades, isso tem causado problemas de cálculo salarial para as empresas.

As leis trabalhistas na Polônia já eram complexas e a implementação do Polish Deal em janeiro de 2022 levou à renúncia de vários funcionários do governo e duas alterações a essa nova lei, com mais mudanças por vir ainda este ano.

Antes da invasão russa da Ucrânia, a Polônia estava passando por uma hesitação na atividade comercial estrangeira. Por exemplo, o governo polonês e o sistema judicial desafiaram alguns princípios da legislação da UE, resultando na suspensão de alguns financiamentos. Embora a Polônia queira e precise de investimento estrangeiro, o governo polonês priorizou o investimento estatal.



O governo polonês precisa de investimento estrangeiro, mas gostaria de garantir que a posição dominante permaneça com o Estado. Já temos a holding imobiliária polonesa. Existem planos para criar mais grupos apoiados pelo Estado para controlar ativos e obter maior independência de empresas estrangeiras, como holdings hoteleiras ou um grupo nacional de produtores de alimentos poloneses, o que pode dificultar a operação no mercado local. No entanto, a situação na região da CEE mudou drasticamente e pode resultar no fortalecimento dos laços da Polônia com as economias da Europa Ocidental e dos EUA.

*Expert da TMF Polônia*

# CONTABILIDADE E IMPOSTOS

DIGITALIZAÇÃO

GOVERNANÇA MAIS RIGOROSA

ALINHAMENTO GLOBAL





## Maior alinhamento global dos princípios contábeis e tributários

Um fator fundamental que impulsiona a simplicidade é o alinhamento global gradual de princípios nas esferas contábil e tributária. A longo prazo, isso traz benefícios consideráveis para os negócios internacionais, pois eles têm vantagem de poder operar de maneira uniforme em diferentes jurisdições e regiões, o que traz eficiência operacional. No entanto, nuances locais sobre como os princípios são aplicados podem fazer uma enorme diferença para a complexidade em qualquer jurisdição.

O período de adequação depois da adoção de novos padrões resulta em diferentes graus de confusão e incerteza. Isso pode trazer complexidade de curto prazo para as empresas, pois elas se adaptam para atender às novas regulamentações e práticas globalmente obrigatórias em determinadas jurisdições, enquanto em alguns lugares a maneira como os princípios gerais são adotados pode ser localizada, indicando que as mudanças que afetam as empresas podem ter um efeito de longo prazo.

O próximo movimento mais significativo para padronizar as operações contábeis e fiscais é a introdução de um imposto corporativo global mínimo. Previsto para ser introduzido em 2023, a taxa de imposto será fixada em 15%. Espera-se que sua implementação seja feita de maneira escalonada, impactando primeiro as grandes empresas e depois as médias. Por enquanto, ainda não está claro como isso será implementado para organizações menores. Ainda é muito cedo para dizer se alguns países poderão optar por aplicar as mudanças a todos os contribuintes corporativos, grandes e pequenos, ainda que regidos pelas regras da OECD.

A complexidade causada pela adoção deste imposto corporativo global mínimo terá maior impacto nas jurisdições que atualmente possuem um imposto de renda corporativo particularmente baixo ou inexistente, como os Emirados Árabes Unidos. As vantagens fiscais expressivas de se estabelecer e operar nesta jurisdição têm sido o principal fator quando se trata de atrair empresas estrangeiras, de modo que um regime global de imposto corporativo reduziria a atratividade da jurisdição. O governo dos Emirados Árabes Unidos anunciou que introduzirá o

### Taxas de impostos para multinacionais estrangeiras e empresas nacionais

#### Imposto sobre ganhos de capital

2022\*



2021



2020



■ As multinacionais pagam uma taxa de imposto diferente, dependendo do seu país de origem

■ Todas as multinacionais pagam uma taxa de imposto diferente com relação a empresas nacionais

■ As taxas de imposto são iguais para empresas estrangeiras e nacionais

#### Imposto retido na fonte

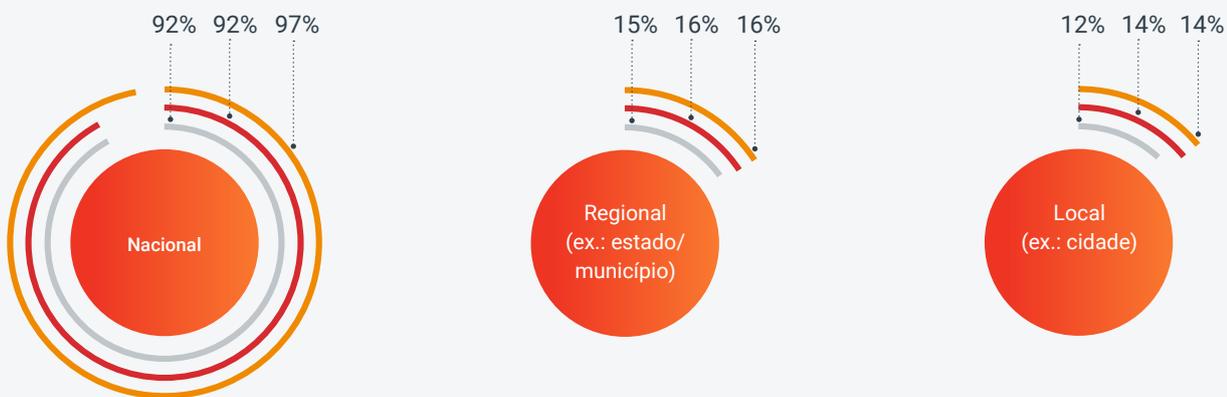


\* O total não é igual a 100 porque as porcentagens individuais são arredondadas para o número inteiro mais próximo.

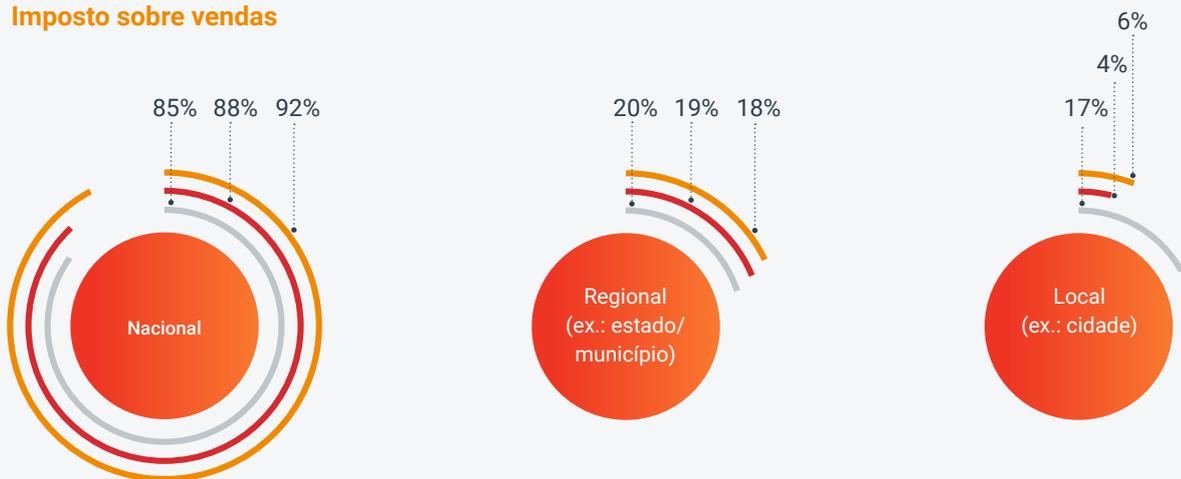
Níveis de governo em que impostos diferentes são recolhidos

■ 2020 ■ 2021 ■ 2022

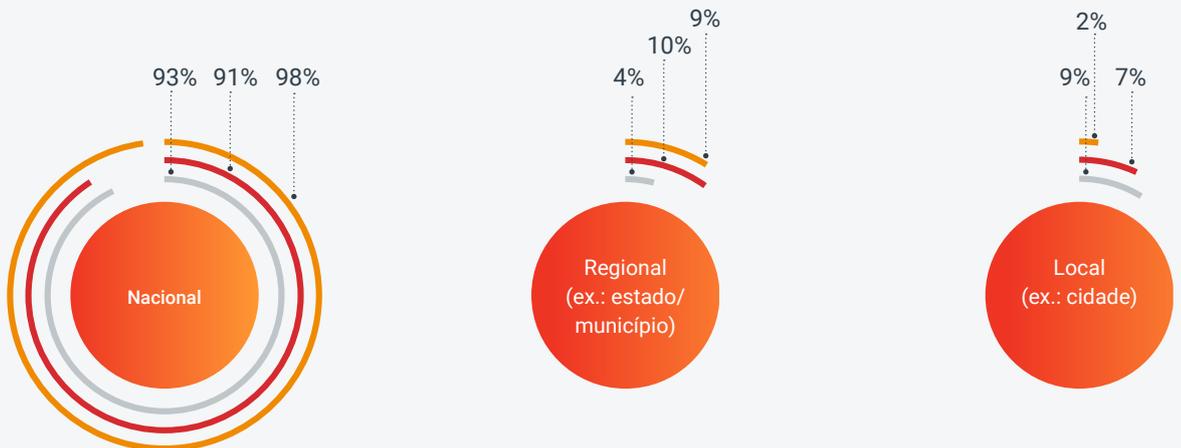
Imposto corporativo/de renda



Imposto sobre vendas

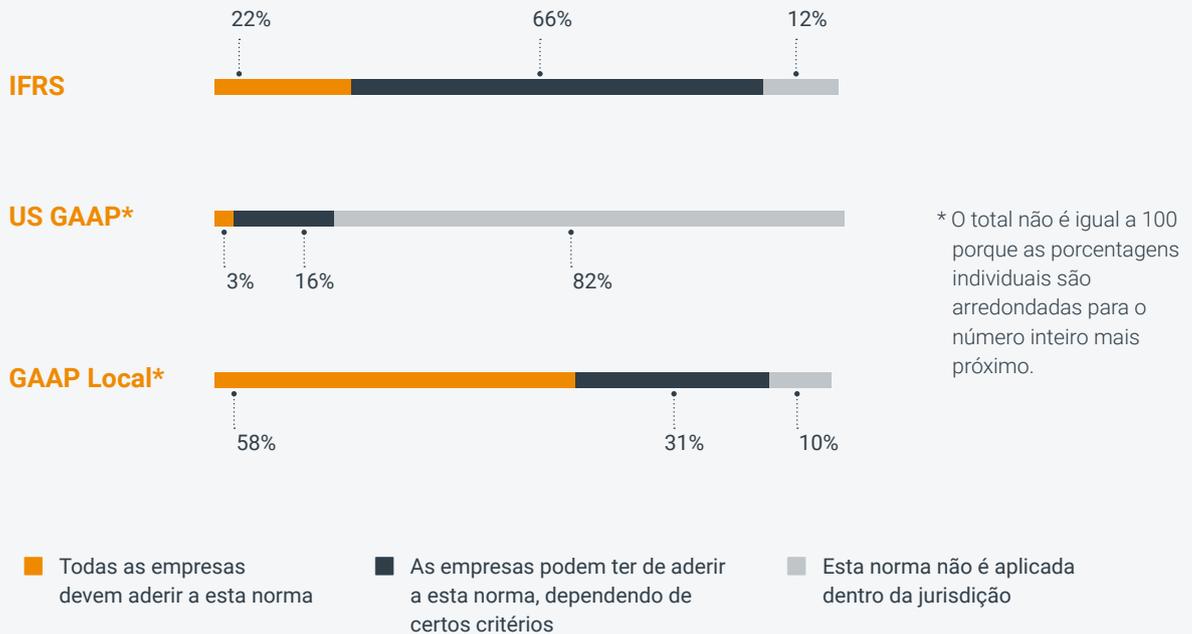


Contribuições para a previdência social





## Normas contábeis aplicadas



imposto de renda corporativo pela primeira vez no ano que vem. Ele será fixado em 10%, aproximando os Emirados Árabes Unidos da próxima taxa global mínima.

A padronização pode ser observada em nível jurisdicional e global. Por exemplo, há mais alinhamento agora entre empresas nacionais e multinacionais quando se trata de pagar impostos sobre ganhos de capital e impostos retidos na fonte.

O Vietnã está seguindo uma tendência similar depois da adoção de contribuições para a previdência social para funcionários expatriados em 1º de janeiro de 2022. Isso indica que os trabalhadores estrangeiros e seus empregadores estarão agora sujeitos às mesmas exigências de previdência social que os trabalhadores locais. Enquanto no longo prazo, tais movimentações tornarão os processos mais simples por meio da padronização, a curto prazo as empresas no Vietnã poderão enfrentar complexidade à medida que ajustam sistemas e processos internos para conciliar as mudanças nas contribuições para a previdência social.

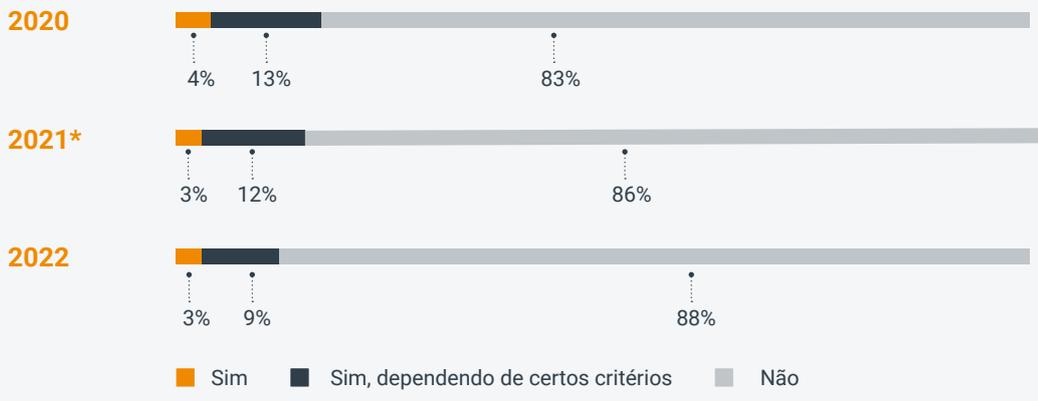
Percebemos outra mudança em direção à padronização quando analisamos os níveis de governo nos quais certos tipos de impostos são recolhidos. Houve uma mudança gradual para uma abordagem mais nacionalizada que, por sua vez, traz simplicidade para as empresas. Apesar deste movimento em direção a uma abordagem mais padronizada globalmente para o pagamento de

tributos em nível jurisdicional, países como os EUA, Brasil e Colômbia ainda cobram impostos em vários níveis, inclusive por estado. No Brasil, não existe apenas a variação tributária entre os diferentes estados e municípios em que uma organização atua, mas também entre os setores empresariais. O Brasil também é a jurisdição que faz o maior número de mudanças nas alíquotas de impostos a cada ano – um fator importante que impacta em sua posição no topo do ranking do GBCI deste ano.

Outro aspecto importante é o foco em maior alinhamento com as normas internacionais, como o IFRS. Nos últimos anos, houve uma tendência global de melhor alinhamento com as IFRS e a prática internacional. De maneira geral, isso é visto como uma mudança benéfica para as empresas, pois serve para tornar as práticas contábeis locais mais fáceis de se entender.

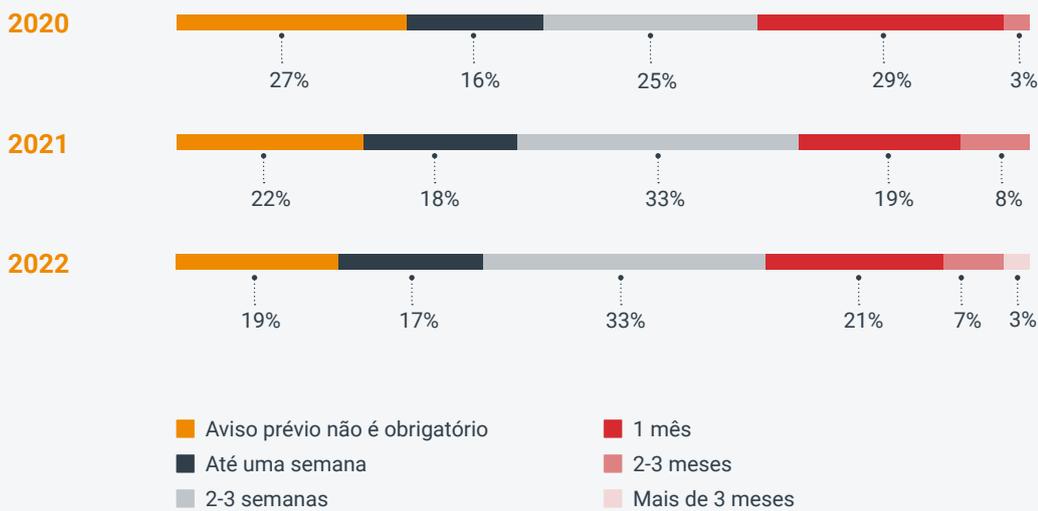
Os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (Generally Accepted Accounting Principles – GAAP) locais ainda são o padrão contábil mais comumente aplicado. No entanto, local não significa necessariamente localizado, como observamos em casos como o da Itália. Desde 2015, o governo italiano tem realizado esforços conjuntos para se alinhar às IFRS, apesar de ter os GAAP locais em vigor. Portanto, mesmo com certos padrões e práticas locais permanecendo em vigor, uma abordagem internacional para a padronização contábil e fiscal global ainda está crescendo.

### Capacidade de se fazer negócios sem estar registrado junto a nenhuma autoridade fiscal relevante

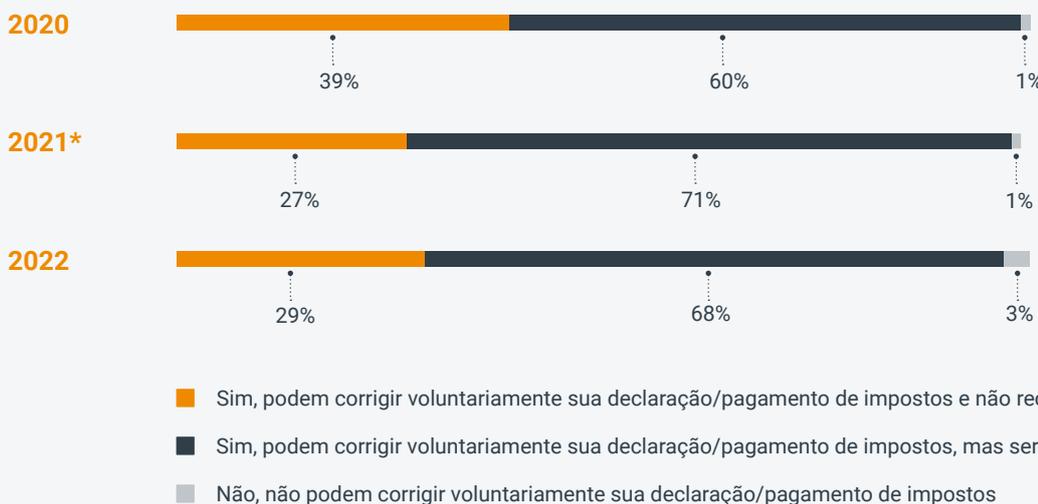


\* O total não é igual a 100 porque as porcentagens individuais são arredondadas para o número inteiro mais próximo.

### Período de aviso prévio dado às empresas antes de uma auditoria fiscal



### Possibilidade de corrigir voluntariamente áreas fiscais e evitar multas



\* O total não é igual a 100 porque as porcentagens individuais são arredondadas para o número inteiro mais próximo.



## Governos mais rígidos, mas também mais solidários

Globalmente, os governos estão se tornando mais rigorosos a cada ano com relação a aplicação de regras e regulamentos tributários. As autoridades têm se concentrado no desenvolvimento de planos de auditoria fiscal para identificar riscos tributários na economia e estão se concentrando na auditoria de empresas que operam nessas áreas.

Desde 2020, o número de jurisdições que permitem que empresas operem sem serem registradas junto às autoridades fiscais, independentemente de critérios ou dependendo de certos critérios, diminuiu gradualmente. Apenas 3% das jurisdições agora permitem isso, incluindo os Emirados Árabes Unidos e os EUA, demonstrando um movimento em direção a uma abordagem mais rígida para se fazer negócios.

Juntamente com este movimento em direção a uma governança tributária mais rigorosa, as autoridades fiscais estão se tornando mais propensas a despende tempo com os contribuintes para ajudá-los a entender as regulamentações tributárias. Este é particularmente o caso na Europa, onde as autoridades fiscais estão executando programas para empresas com o objetivo de ajudar os contribuintes a compreender os regulamentos tributários para que eles permaneçam em compliance.

Este movimento no sentido de ser mais solidário é um impulsionador de simplicidade, em função da melhoria da comunicação direta e colaboração com as autoridades fiscais. Isso ajuda as empresas, reduzindo o tempo e o dinheiro que poderiam acabar gastando na prevenção ou no tratamento de controvérsias fiscais.

Outro exemplo desse movimento no sentido de ser mais solidário ou brando é que, geralmente, mais avisos estão sendo dados às empresas antes que uma auditoria fiscal aconteça. Em 2020, 27% das jurisdições relataram que nenhum aviso prévio era necessário antes de uma auditoria fiscal, um número que caiu para 19% em 2022. Dar mais avisos prévios permite que as empresas se preparem melhor, portanto, ficando menos propensas a encontrar problemas durante uma auditoria.

No entanto, a porcentagem de jurisdições que permitem que as empresas corrijam voluntariamente suas declarações fiscais ou pagamentos sem receber multa diminuiu desde 2020. Em 2022, ainda é verdade que a maioria das organizações receberá uma multa mesmo depois de corrigir voluntariamente sua declaração fiscal.



Globalmente, os governos estão se tornando mais rigorosos a cada ano com relação a aplicação de regras e regulamentos tributários.



As autoridades têm se concentrado no desenvolvimento de planos de auditoria fiscal para identificar riscos tributários na economia e estão se concentrando na auditoria de empresas que operam nessas áreas



As autoridades fiscais estão se tornando mais propensas a ajudar e despende tempo com os contribuintes para ajudá-los a entender as regulamentações tributárias



A porcentagem de jurisdições que permitem que as empresas corrijam voluntariamente suas declarações fiscais ou pagamentos sem receber multa diminuiu desde 2020

## Abordagem digital para contabilidade e impostos ainda em ascensão

Além das tendências e desdobramentos citados acima, a mudança para soluções e relatórios digitais continuou. Isso foi estimulado pela pandemia da Covid-19, que limitou a capacidade de interação pessoal e incentivou uma maior dependência da tecnologia.

Um exemplo deste movimento em direção à digitalização é a Polônia, onde o faturamento eletrônico foi introduzido. Embora opcional por enquanto, esta modalidade se tornará obrigatória em 2023. Novas exigências de relatórios digitais podem criar desafios para as organizações enquanto trabalham para atualizar os processos existentes ou adotar novos. Os fluxos de dados precisam ser redesenhados e o impacto na tecnologia precisa ser avaliado e compreendido. Relatórios digitais e relatórios transacionais detalhados exigem um certo nível de capacitação tecnológica e, portanto, são necessários investimentos e suporte adequados.

Outra tendência envolve jurisdições que começam a explorar big data e inteligência artificial para realizar a conferência de dados. Com isso, fica mais simples identificar contradições nos dados fiscais e tratá-las por meio de uma auditoria. Isso pode reduzir a complexidade para os próprios governos, mas pode criar encargos adicionais para as organizações encarregadas de satisfazer níveis mais altos de escrutínio.

Globalmente, o envio obrigatório de notas fiscais eletronicamente através de um sistema ou portal de uma

autoridade está aumentando. Em 2020, era obrigatório em apenas 24% das jurisdições que todas as empresas fizessem isso, mas agora o número subiu para 35%. A Sérvia, por exemplo, começará a transição para o faturamento eletrônico este ano.

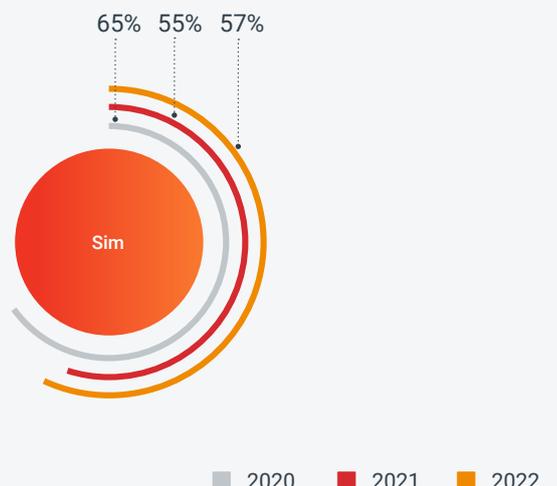
Quando analisamos a obrigatoriedade de envio eletrônico dos impostos observamos que, de maneira geral, ela se manteve no mesmo patamar ou é menor do que em 2020. Por exemplo, a submissão eletrônica obrigatória do imposto sobre ganhos de capital é menos difundida em 2022 do que em anos anteriores. Por outro lado, as contribuições de seguro nacional devem ser enviadas eletronicamente em mais jurisdições em 2022 do que em 2020.

Nossa análise descobriu que personalizar o software de contabilidade fiscal é difícil em mais jurisdições em 2022 do que antes da pandemia da Covid-19. Em 2020, 65% dos experts da TMF Group globalmente concordaram que era fácil personalizar o software de contabilidade de acordo com as exigências contábeis locais, mas este número caiu para 57% em 2022. Em jurisdições como a Grécia e a França, as empresas podem enfrentar dificuldades para adaptar seu software de contabilidade aos modos locais de trabalho.

### Obrigatório enviar as notas fiscais por meio de um sistema/portal de uma autoridade fiscal



### É fácil personalizar o software de contabilidade para atender às exigências de contabilidade local?





Impostos em que o envio eletrônico é obrigatório

2020 2021 2022



# GESTÃO GLOBAL DE ENTIDADES

---



NOVO COMPLIANCE

PROCESSO DE DISSOLUÇÃO

PROCESSO DE INCORPORAÇÃO

RESPONSABILIDADE PESSOAL

INTERFERÊNCIA PELA COVID-19

**Em nossa seção de gestão de entidades faremos uma análise cronológica dos desafios que as empresas enfrentam ao criar uma entidade legal, operar dentro dela e sair de uma jurisdição estrangeira.**

Atualmente, os principais impulsionadores do aumento da complexidade incluem a introdução de novas legislações (majoritariamente focadas na regulamentação), exigências de relatórios aperfeiçoados e níveis crescentes de rigor, como a redução de prazos. Também consideraremos como a pandemia da Covid-19 impactou na prática, analisando exemplos em que a pandemia interrompeu a incorporação, juntamente com jurisdições que se adaptaram rapidamente por meio da digitalização e processos operacionais simplificados.

Quando a Covid-19 surgiu, vimos um congelamento inicial na expansão dos negócios e uma desaceleração no estabelecimento de novas entidades. Quando as empresas estavam prontas para retomar seus planos de expansão, geralmente constatavam que o processo de incorporação demorava muito mais. A pandemia também teve um impacto negativo no interesse em novos arranjos de entidades, pois muitos querem enxergar um ambiente mais estável no “novo normal” antes de se comprometer com as decisões.

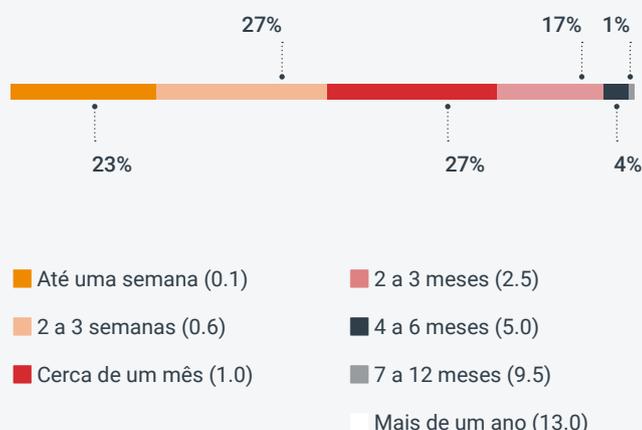
**A incorporação leva cerca de um mês, em média**

Atualmente, em nível global, leva em média cerca de um mês para que uma empresa privada seja constituída. Regionalmente, os prazos de incorporação são mais longos nas jurisdições sul-americanas. Por exemplo, na Venezuela, Guatemala e na República Dominicana, normalmente leva mais de três meses para incorporar uma empresa privada. Na EMEA, o processo é muito mais rápido, demorando, em média, menos de um mês.

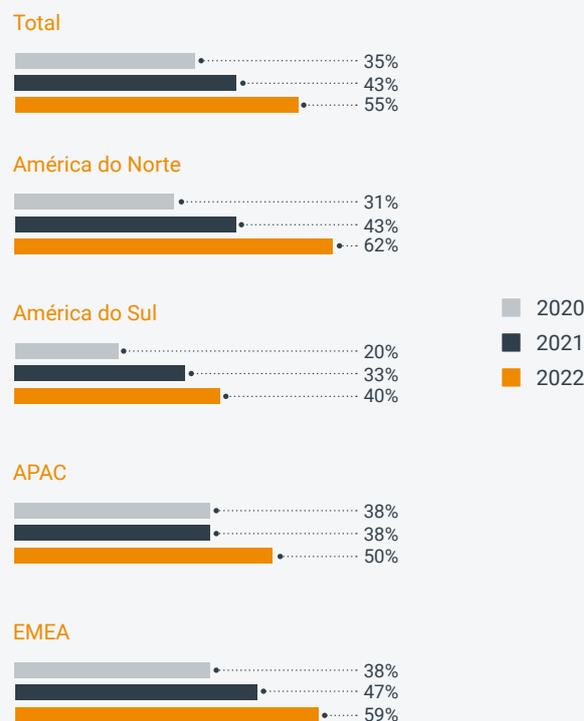
**Abrir uma conta bancária de fora da jurisdição pode atrasar a prontidão operacional**

Para empresas estrangeiras, o procedimento de abertura de conta bancária pode adicionar atrasos significativos à prontidão operacional. Isso pode levar mais tempo em países alinhados com as diretivas de combate à lavagem de dinheiro da UE, pois as rigorosas regulamentações exigem documentação adicional que pode levar tempo para ser reunida e verificada. Em países como a Itália, parte dessa documentação deve ser apresentada pessoalmente, e o atraso causado pela pandemia indica que os prazos de agendamento estão sempre altos.

**Prazo total para incorporação de uma empresa privada, 2022**



**Porcentagem de jurisdições onde se leva mais de um mês, em média, para abrir uma conta bancária a partir do exterior**



O tempo médio necessário para abrir uma conta bancária de fora da jurisdição está aumentando. Em 2020, este processo levou mais de um mês em apenas 35% das jurisdições. Este índice subiu para 43% em 2021 e agora é de 55%. Aguardar mais de um mês para abrir uma conta bancária comercial adiciona um atraso significativo ao início das operações.

Regionalmente, abrir uma conta bancária a partir do exterior leva muito mais tempo na América do Norte e na EMEA, enquanto ainda é um processo mais rápido na América do Sul, apesar de a porcentagem de jurisdições onde este processo leva mais de um mês, entre 2020 e 2022.

### Novas exigências de compliance tornam o cotidiano das operações mais desafiador

Houve um aumento contínuo na nova legislação relacionada ao compliance, tornando as operações rotineiras mais desafiadoras. Nos países da OECD, as exigências de transparência continuam aumentando, com camadas de legislação anticorrupção ou anti-evasão fiscal. Os órgãos do governo também estão se tornando mais rigorosos com relação à rapidez com que as empresas devem arquivar a documentação, ou à profundidade das informações que devem ser fornecidas.

Exigências mais rigorosas incluem a necessidade de indivíduos certificados prepararem mudanças corporativas ou submissões obrigatórias às autoridades locais, em nome da entidade legal. Isso foi exigido em 37% das

jurisdições em 2020, e aumentou para 45% em 2021 e 48% em 2022. Nas Ilhas Virgens Britânicas (IVB), por exemplo, as empresas são obrigadas a nomear um agente registrado para lidar com questões legais. Com esse maior rigor, vem uma maior responsabilidade, com a utilização de indivíduos certificados, o que indica que as autoridades podem impor multas ou outras punições se as submissões forem consideradas incorretas ou incompletas.

### A responsabilidade pessoal dos diretores está em ascensão

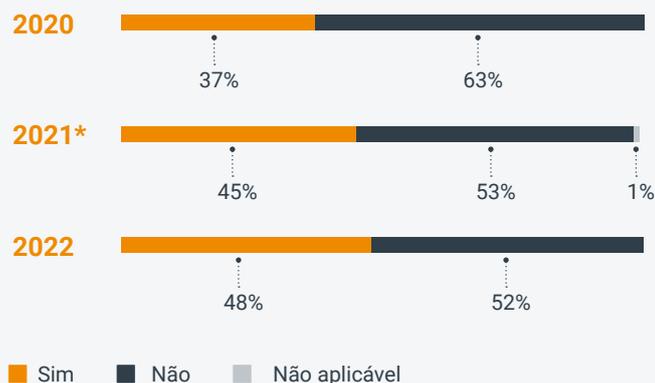
Os diretores de empresas privadas também estão sendo responsabilizados cada vez mais. Nos últimos três anos, a responsabilidade pessoal aumentou de maneira contínua de 86% das jurisdições em 2020, para 88% em 2021, e 92% este ano.

Apesar disso, a Índia adotou uma abordagem alternativa, dispensando a responsabilização pessoal do diretor. Esta medida prevê que a remoção dessas punições promoverá maior transparência.

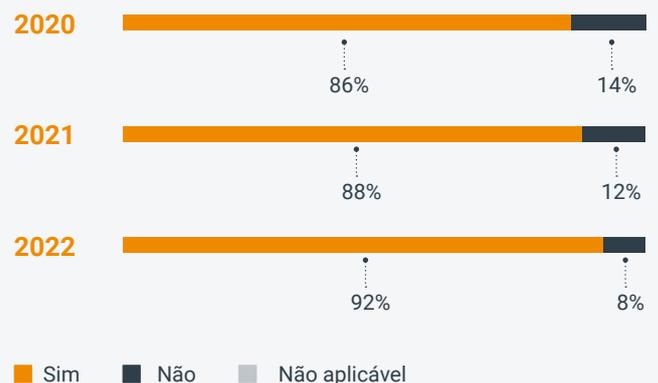
### Abordagem da Covid-19 polariza jurisdições

A Covid-19 tem sido extremamente disruptiva para os processos globais de gerenciamento de entidades desde o início de 2020, e as jurisdições tendem a seguir uma de duas direções. Por um lado, alguns mudaram para

#### Qualificação necessária para preparar alterações corporativas ou submissões obrigatórias em nome da entidade legal às autoridades locais



#### Jurisdições em que os diretores de empresas privadas podem ser pessoalmente responsabilizados pelas obrigações legais e/ou compromissos contratuais de sua empresa



\* O total não é igual a 100 porque as porcentagens individuais são arredondadas para o número inteiro mais próximo.



um modelo de entrega mais digitalizado e simplificado. Algumas práticas obsoletas podem ter sido removidas, substituídas ou flexibilizadas. No Canadá, por exemplo, as exigências foram flexibilizadas com relação às formalidades, como assinaturas em documentos legais, seja em função dos lockdowns que as pessoas estavam sujeitas, ou por não terem acesso a uma impressora em casa. A favor, temos visto a crescente aceitação de documentos emitidos eletronicamente. Sendo assim, na verdade, a pandemia fez com que alguns processos demorassem menos tempo, tendo sido simplificados pelo poder da digitalização acelerada.

Por outro lado, algumas jurisdições não estão tão bem-preparadas para recorrerem aos processos digitais, ou estão menos abertas a realizar esta mudança. A partir disso, os processos foram consideravelmente atrasados, uma vez que os escritórios físicos foram fechados por determinados períodos de tempo ou estavam operando com capacidade reduzida. Por exemplo, no México, os prazos para consultas com registradores aumentaram exponencialmente durante o auge da pandemia. As jurisdições que se enquadram neste campo ainda sofrem os efeitos contínuos dos atrasos.

O mundo jurídico é um dos últimos redutos a resistir à adoção da digitalização, sendo muito apegados ao papel, às assinaturas a punho, carimbos e sinetes. É provável que a pandemia sirva para destacar aos governos legais que os negócios continuaram sendo realizados sem essas

exigências formais. É provável que as práticas digitais criadas por necessidade durante a pandemia permaneçam sendo utilizadas, pois continuam a facilitar os processos.

## Os processos de dissolução também estão levando mais tempo

O tempo necessário para a dissolução de uma empresa continuou aumentando, levando mais de sete meses em média em 2022, tendo aumentado anualmente desde 2020. Dividindo por região, os tempos médios de dissolução são mais longos na América do Sul (9,3 meses) e APAC (8,8 meses), enquanto leva pouco mais de seis meses na América do Norte e EMEA.

Em resumo, a pandemia paralisou novas incorporações em muitas jurisdições. Quando as empresas estavam prontas para retomar a expansão, o processo de criação de entidades e abertura de contas bancárias geralmente demorava muito mais. Enquanto algumas jurisdições enfrentaram um enorme atraso e capacidade reduzida nas autoridades relevantes, outras abraçaram o processo de digitalização e, como tal, agora têm uma nova vantagem competitiva. Somados a esta polarização, vimos outros fatores em jogo, incluindo novas regulamentações e o aumento do rigor das exigências. A pandemia ainda não acabou e continuaremos vendo a incorporação e o cenário operacional evoluírem nos próximos anos.

### Prazos médios de dissolução globalmente e por região

#### Total



#### América do Norte



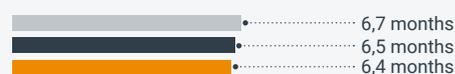
#### América do Sul



#### APAC



#### EMEA



■ 2020 ■ 2021 ■ 2022

# FOLHA DE PAGAMENTO E RECURSOS HUMANOS



A Covid-19 continua sendo um fator de mudança, e as políticas persistem em muitas jurisdições relacionadas a benefícios e modos de trabalho, dependendo do impacto em setores e funcionários individuais.

### Benefícios

Férias remuneradas e salário-mínimo permanecem como os dois principais benefícios legalmente obrigatórios em todo o mundo, seguidos por licença maternidade remunerada e licenças remuneradas por atestado médico. Nos últimos três anos, houve um aumento contínuo na exigência legal de licença por luto, subsídio para creche e contribuições habitacionais/de assistência social, impulsionado principalmente pelas mudanças nas exigências nas jurisdições da América do Sul e da EMEA. Portanto, não surpreende que, entre as dez jurisdições mais complexas para folha de pagamento e recursos humanos, seis estejam na região da EMEA e duas estejam na América do Sul. De maneira geral, existe uma tendência de as empresas serem cada vez mais voltadas para os

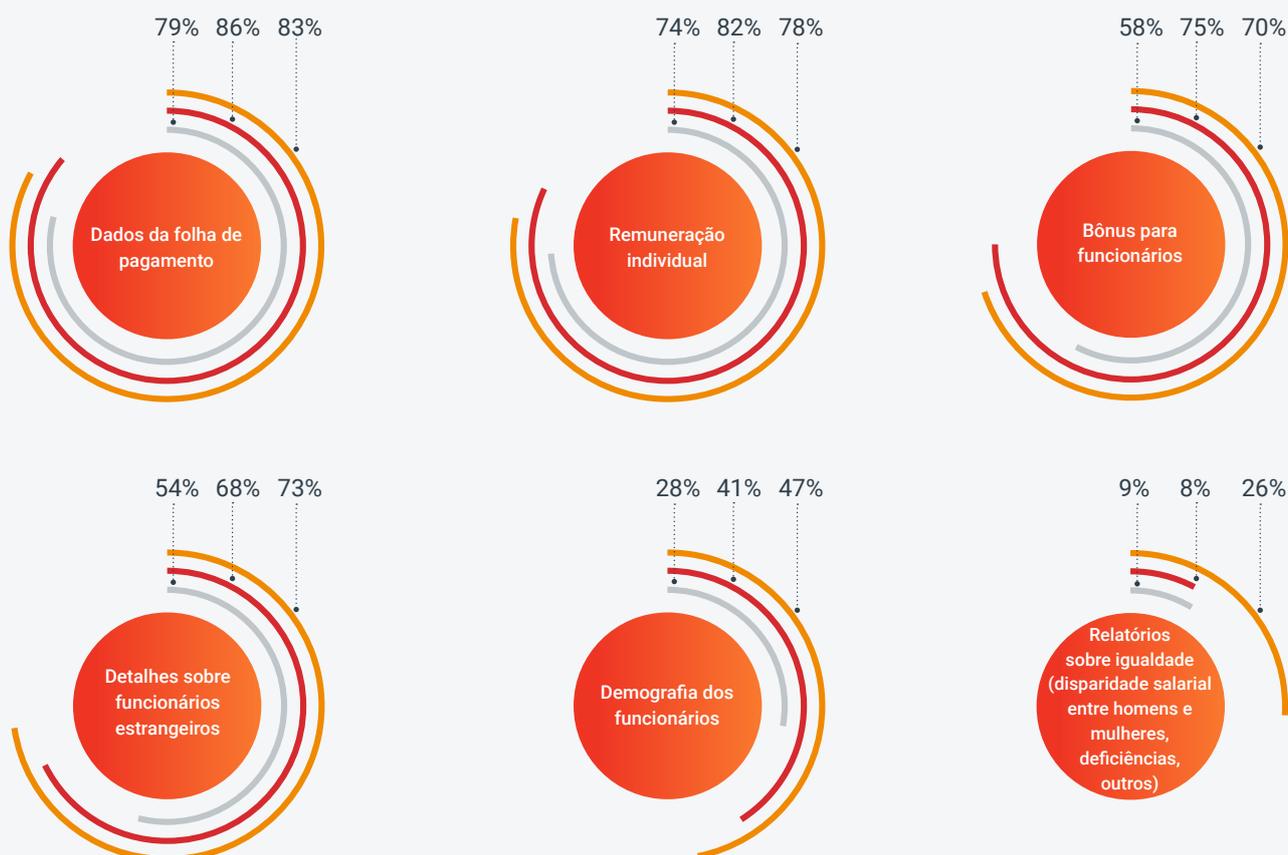
funcionários, o que talvez esteja ligado a um maior enfoque na responsabilidade social (consulte a seção ESG no início deste relatório).

A exigência de que as empresas enviem relatórios sobre funcionários permanece obrigatória para a maioria das jurisdições. Como observamos, os relatórios sobre igualdade (de disparidade salarial entre homens e mulheres, ou de funcionários com deficiência, por exemplo) e dados demográficos de funcionários aumentaram em comparação com anos anteriores. Detalhes sobre funcionários estrangeiros são cada vez mais exigidos por todas as organizações, de 54% das jurisdições em 2020, para 68% em 2021 e 73% em 2022.

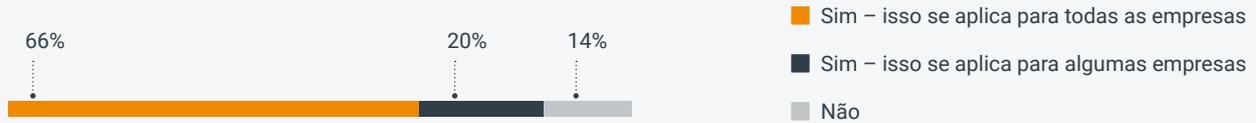
Os relatórios de igualdade tiveram o maior salto anual, com entrevistados em 26% das jurisdições confirmando que os relatórios são exigidos por suas autoridades governamentais, contra 8% das jurisdições em 2021. Esse aumento é evidente em todas as regiões, com as seguintes jurisdições em destaque: Brasil, Argentina, Malásia, Turquia, Eslováquia, Vietnã, Eslovênia, Guatemala, África do Sul, Tailândia, Chile e República Dominicana.

### Relatórios obrigatórios sobre funcionários a serem fornecidos às autoridades governamentais (todas as organizações)

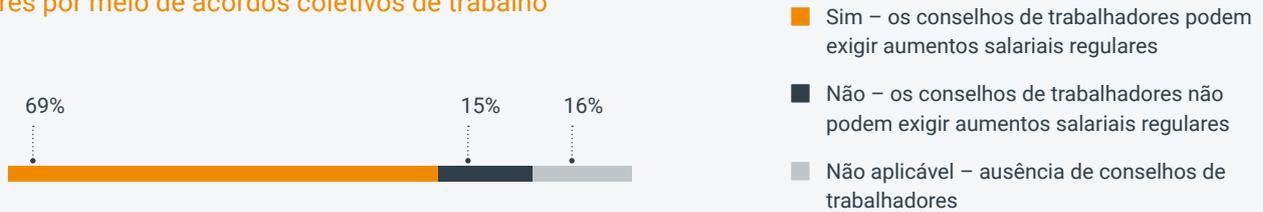
■ 2020 ■ 2021 ■ 2022



### Empresas legalmente obrigadas a permitir que os funcionários sejam membros de sindicatos ou conselhos de trabalhadores



### Conselhos de trabalhadores podem exigir aumentos salariais regulares por meio de acordos coletivos de trabalho



Além disso, a pesquisa deste ano descobriu que os direitos dos funcionários assegurados por meio de conselhos de trabalho e sindicatos são comuns em jurisdições, com 66% de todas as empresas em todo o mundo permitindo legalmente que os funcionários sejam membros de sindicatos ou conselhos de trabalhadores. A América do Sul lidera neste aspecto, uma vez que todas as empresas em todas as jurisdições adotam essa abordagem. Em 69% das jurisdições em nível global, os conselhos de trabalho podem exigir aumentos salariais regulares para os funcionários, sendo que este grupo é liderado pela EMEA (76%) e pela América do Sul (70%).

### Impactos da mobilidade global

“A mobilidade global de funcionários vai provocar a necessidade de serviços de folha de pagamento e de RH mais sofisticados.” – *Expert da TMF Romênia*

A Covid-19 gerou um impacto significativo na folha de pagamento e nos recursos humanos, com muitos dos que foram obrigados a trabalhar em casa, continuando a trabalhar remotamente pelo menos parcialmente. Com o trabalho remoto, os funcionários tiveram a oportunidade de se afastar das cidades ou mesmo do país onde trabalhavam presencialmente, acelerando a tendência global de mobilidade.

Antes da pandemia, a mobilidade global era predominantemente uma iniciativa promovida pela empresa, onde os funcionários eram transferidos para um determinado local para realizar um trabalho específico; a tendência agora

se voltou para a mobilidade impulsionada pelos funcionários. Ainda que esta flexibilidade seja amplamente percebida como benéfica por parte dos funcionários, para os empregadores pode ser uma fonte de complexidade, pois pode haver obrigações ou considerações adicionais de RH e folha de pagamento.

“Do ponto de vista da folha de pagamento, você precisa considerar as residências e os impostos. A mobilidade global é cada vez mais um tema que as empresas precisam abordar, e não é simples. Elas precisarão ter certeza de que dispõem de consultores de mobilidade global internos ou que estejam trabalhando com vários fornecedores. Eles precisarão acompanhar os vistos como parte deste serviço.” – *Expert em folha de pagamento e recursos humanos da TMF Group*

Nosso expert em Hong Kong apontou o aumento da mobilidade global, não apenas com relação aos funcionários, mas também entre as cadeias de suprimentos:

“Provavelmente veremos uma maior mobilidade global, à medida que as empresas buscam diversificar seus mercados e cadeias de suprimentos. Após a interrupção inicial do comércio entre China e EUA, somado ao impacto contínuo da Covid-19, muitas empresas estudarão e elaborarão estratégias para combater futuras interrupções em suas operações, e isso provavelmente levará ao envolvimento de fornecedores e vendedores adicionais, bem como o estabelecimento de bases de fabricação em um número maior de países. As empresas internacionais precisarão lidar com as nuances de contratação, manutenção e, em alguns casos, demissão de funcionários em um número maior de jurisdições.”



## Como será o futuro da folha de pagamento e dos recursos humanos?

Com relação à folha de pagamento, a digitalização está desempenhando um papel importante, que só foi acelerado em função da pandemia. Por exemplo, recibos eletrônicos de pagamento estão se tornando o padrão na maioria das regiões, ainda que algumas jurisdições na América do Sul estejam atrasadas com relação a isso. Outro exemplo, talvez mais inovador, é a introdução de chatbots para permitir que os funcionários obtenham respostas às consultas de RH, reduzindo a necessidade de falar diretamente com os profissionais de RH.

“Há uma tendência de haver muito mais arquivamento eletrônico na APAC. A Europa e a América do Norte estão provavelmente em segundo lugar. A América do Sul é uma região forjada com complexidade e muitos processos manuais. E é local em que você ainda precisa produzir folhas de pagamento físicas e impressas para os funcionários também.”  
– *Expert em folha de pagamento e recursos humanos da TMF Group*

Ainda que a digitalização possa simplificar processos, como o acesso a informações, as organizações agora estão aproveitando cada vez mais os dados com fornecedores de folha de pagamento e exigindo mais informações do que nunca. Exemplos destes dados incluem relatórios sobre igualdade (de disparidade salarial entre homens e mulheres e de deficiências, por exemplo). Embora relatar estas informações muitas vezes não seja obrigatório, algumas jurisdições estão incentivando a divulgação das diferenças salariais dos funcionários a nível de diretoria e dos funcionários com salários mais baixos, proporcionando uma

carga adicional de relatórios para os responsáveis pela folha de pagamento.

Haverá mais relatórios obrigatórios, as pessoas querem mais informações e mais dados. Acho que qualquer organização atualmente – seja você do ramo de negócios, da saúde, ou um professor – as pessoas valorizam mais os dados, então a demanda por dados e análises será maior a cada ano.”  
– *Expert em folha de pagamento e recursos humanos da TMF Group*

Com o aumento da digitalização na folha de pagamento e a necessidade de mais dados e análises sobre os funcionários, a seguinte questão pode ser colocada: quais dados e informações podemos fornecer? A folha de pagamento tradicional, ainda que necessária para que os funcionários observem seu patamar de pagamento e impostos, é uma exigência legal para relatórios das empresas. No entanto, os experts da TMF Group preveem que os holerites podem ser utilizados para fornecer mais informações aos funcionários, como alterações fiscais previstas, taxas de comissionamento se trabalharem na área de vendas, ou informações relacionadas à igualdade de oportunidades.

No futuro, não somente poderia haver uma avaliação de quais dados fornecemos aos funcionários, mas também um possível movimento em direção à folha de pagamento por solicitação. É comum que os funcionários sejam pagos mensalmente, mas eles poderiam ter a possibilidade de maior flexibilidade sobre a forma como são pagos ao poderem sacar parte de seus salários. A folha de pagamento flexível já é bastante proeminente nos EUA, mas é improvável que ela seja adotada a curto prazo em escala global.

### Olhando para o futuro



Um aumento na digitalização com o uso de recibos eletrônicos de pagamento estão se tornando o padrão na maioria das regiões



Os experts da TMF Group preveem que os holerites podem ser utilizados para fornecer mais informações aos funcionários, como alterações fiscais previstas, taxas de comissionamento se trabalharem na área de vendas, ou informações relacionadas à igualdade de oportunidades



A introdução de chatbots para permitir que os funcionários obtenham respostas às consultas de RH, para reduzir a necessidade de falar diretamente com os profissionais de RH

# DEZ JURISDIÇÕES MENOS COMPLEXAS





## ↓ 68 Reino Unido

2021 (53)  
2020 (44)

O Reino Unido ficou entre as dez jurisdições menos complexas pela primeira vez. Um dos fatores importantes para tal é a saída do país da União Europeia (UE), ou o "Brexit". Ainda que na época em que foi votada essa decisão criasse incerteza para as empresas que incorporam e operam no Reino Unido, em 2022 parece que tudo está voltando ao normal e os impactos da saída do Reino Unido estão se tornando mais claros.

Desde o Brexit, o Governo britânico tem trabalhado ativamente para se tornar mais flexível e direto em sua abordagem com relação aos negócios, visando permanecer atrativo. Por exemplo, o Reino Unido adota uma abordagem simples para a incorporação de empresas. Não há exigência de diretores residentes e a criação da empresa pode ser realizada em menos de um dia, indicando que as empresas internacionais podem iniciar operações completas com facilidade. Um aspecto que pode atrasar a operação é a abertura de uma conta bancária. Isso é causado pelos próprios bancos e instituições financeiras, e pode criar complexidade para startups de outras jurisdições, como os EUA.

Acompanhando a pandemia, a jurisdição vem passando por uma crise de inflação e problemas relacionados às cadeias de suprimentos que impactaram a operação dos negócios.

Além disso, eventos recentes na Rússia e na Ucrânia geraram alguma incerteza no Reino Unido. O Governo vem impondo uma nova legislação e sanções para gerar consequências à Rússia e apoiar a Ucrânia. Por exemplo, a Economic Crime Bill, anunciada em fevereiro de 2022, exige a divulgação de propriedade estrangeira e visa reduzir a ocultação de dinheiro e ativos russos na jurisdição.

O Reino Unido deve permanecer atrativo no futuro, à medida que o Governo busca novas maneiras de competir com seus vizinhos europeus após o Brexit. Uma vantagem de operar na jurisdição é a base de talentos altamente qualificados que está acostumada a trabalhar internacionalmente e para empresas estrangeiras.



O Governo britânico sinalizou que vai flexibilizar as regulamentações, retirando algumas das regras onerosas da UE. Qual é o método e como figuramos no mercado novamente causa alguma incerteza, mas acho que as empresas provavelmente podem esperar que as coisas se tornem um pouco mais fáceis.

*Expert da TMF Reino Unido*

## ↓ 69 Noruega

2021 (51)  
2020 (55)

A Noruega se beneficia de um alto nível de digitalização e automação. Isso inclui desde o preenchimento de relatórios até declarações fiscais ou o registro de uma empresa.

Incorporar uma empresa na Noruega é relativamente rápido, geralmente levando alguns dias. Para cidadãos noruegueses ou residentes locais, todo o processo pode ser feito online, mas os estrangeiros não têm o mesmo acesso digital. O que pode levar mais tempo para os estrangeiros é o pagamento do capital social, que exige a abertura de uma conta bancária. O processo de abertura de conta bancária não é automatizado e, como tal, tem um tempo de espera maior, por vezes de até dois meses. Isso se deve principalmente aos processos internos (de Conheça seu Cliente – Know Your Customer (KYC)/de Combate à Lavagem de Dinheiro – Anti-Money Laundering (AML)) dos bancos serem bastante fragmentados e envolverem muita comunicação entre as partes.

Comparando a Noruega a outros países nórdicos, vemos que na Finlândia uma entidade pode ser criada sem o pagamento de capital social. Isso significa que uma conta bancária não é necessária e não representa um obstáculo inicial.

No contexto nórdico, existem acordos que permitem operações internacionais rápidas entre empresas locais por meio de um documento de identidade Norueguês. No entanto, fora dessa região, torna-se um pouco mais desafiador para as partes que não são nativas.

Como a maioria dos outros países europeus, a Noruega deve implementar um registro de Beneficiário Final (Ultimate Beneficial Owner – UBO), previsto para 2022 ou 2023, tornando-se um dos últimos países a adotá-lo. Essa formalidade suplementar adicionará uma pequena complexidade administrativa às empresas que operam na Noruega, pois devem apresentar anualmente o UBO ou o indivíduo controlador.

Empresas maiores e do setor financeiro em breve terão que estar em compliance com os relatórios de ESG. Inicialmente, está será uma grande mudança para as empresas, já que elas devem relatar o impacto ambiental de seus ativos.

Durante o auge da pandemia, o Governo norueguês implementou planos de incentivo para ajudar as partes da sociedade mais afetadas. Também houve uma certa tolerância com relação à prestação de contas, sejam declarações anuais, declarações fiscais ou pré-pagamento de impostos. Todas essas medidas já foram revertidas ou em breve serão. No entanto, mudanças importantes previstas para o enfrentamento da pandemia são os acordos de trabalho flexível e uso de tecnologia.



Ainda não tenho certeza se todas as empresas estão realmente cientes dos relatórios de ESG e de como lidar com eles. O primeiro e o segundo ano serão de grandes mudanças para muitas empresas.

*Expert da TMF Noruega*

## ↓ 70 Nova Zelândia

2021 (67)  
2020 (59)

A Nova Zelândia é uma novidade no grupo das dez jurisdições mais simples, mas muitas vezes é muito elogiada por sua simplicidade e atratividade para empresas estrangeiras. Um fator importante para isso é um processo de incorporação direto, facilitado pela possibilidade de conduzir tudo de maneira online. A Nova Zelândia não exige encontros presenciais e a jurisdição “ficou online” sete anos atrás. Agora, mais de 95% das tarefas para empresas podem ser feitas online. A jurisdição também é alinhada digitalmente internamente, o que significa que um código de acesso único pode ser utilizado em diferentes sistemas, como solicitações de identificação e o Pay As You Earn (PAYE) online.

Outro impulsionador da simplicidade na jurisdição é a estabilidade de suas leis e legislação. Nas esferas contábil e tributária, não houve grandes aumentos ou mudanças significativas anualmente, portanto, as empresas estão mais bem preparadas do que em outras jurisdições onde os governos estão mais movimentados quando se trata de elaboração de leis.

A Covid-19 trouxe grandes mudanças na Nova Zelândia e a postura progressista do Governo foi mundialmente elogiada. As medidas incluíram um generoso apoio corporativo para ajudar as empresas e os indivíduos. Ainda que isso tenha aliviado a experiência da jurisdição e o surgimento da pandemia, agora está contribuindo para o aumento da inflação à medida que mais dinheiro é trazido para a economia.

A transparência é outra área em que o Governo tem sido progressista, impulsionando ainda mais uma cultura de apoio corporativo. Em 2018, a legislação de combate à lavagem de dinheiro (Anti-Money Laundering – AML) foi introduzida para todas as empresas. Isso, juntamente com a legislação de Conheça seu Cliente (Know Your Customer – KYC), pode causar alguma complexidade ao abrir uma conta bancária com certas exigências de diretor residente no local a serem atendidas. Conforme observado em outras seções do GBCI, embora o processo de incorporação seja simples, a abertura de uma conta bancária pode impedir a ativação da entidade.

Embora essa transparência possa criar complexidade, ela gera atratividade ao oferecer segurança às empresas. Isso também reflete a abordagem de apoio do Governo neozelandês, que impulsiona a simplicidade na jurisdição e parece continuar a fazê-lo no futuro.



A Nova Zelândia sempre foi vista como muito simples quando se trata de se fazer negócios. A razão para isso é que o processo de incorporação e compliance são relativamente simples. Em termos de exigências de nomeação de um diretor, eles são relativamente menos complexos em comparação com outras jurisdições. A maioria das coisas que você precisa fazer, você pode fazer online.

*Expert da TMF Nova Zelândia*

## ↔ 71 Estados Unidos da América (EUA)

2021 (71)  
2020 (76)

Dada sua abordagem progressista com relação aos negócios e o foco na simplicidade, não é surpreendente ver os EUA mantendo sua posição entre as jurisdições mais simples. Um dos principais impulsionadores da simplicidade é que o Governo procura ativamente torná-lo favorável para as empresas. Por exemplo, nos últimos anos, as taxas de imposto corporativo foram reduzidas em um esforço para aumentar o investimento na jurisdição.

O estado de Delaware serve como um exemplo importante da postura empresarial progressista dos EUA. A receita gerada fora do estado é isenta de impostos, tornando-a particularmente popular e atrativa para a incorporação de empresas estrangeiras. Durante a pandemia da Covid-19, como aconteceu em todo o mundo, os EUA sofreram com alguns atrasos no tempo necessários para incorporar um negócio e também no processamento de algumas documentações, o que levou a um atraso em Delaware que está gerando impacto até agora. Apesar da demora, os EUA possuem um rápido processo de incorporação online que ajudou a aliviar a complexidade durante a pandemia.

Operar em vários estados dos EUA pode adicionar uma carga administrativa, com estados com cargas tributárias diferentes, como vemos em Delaware, portanto, garantir que essas taxas de impostos sejam observadas fora dos estados é um aspecto necessário da operação comercial. Isso também pode criar um gerenciamento adicional na criação, pois pode haver a necessidade de incorporar em vários estados quando o vínculo for estabelecido. No entanto, isso normalmente não é complexo, portanto, quando as empresas são gerenciadas adequadamente, elas conseguem evitar problemas.

Graças à sua força de trabalho qualificada e de alcance global, os EUA devem continuar sendo uma das jurisdições mais atrativas para empresas estrangeiras. No entanto, com os recentes desdobramentos na jurisdição com relação à crise Rússia-Ucrânia e as questões de inflação após a pandemia, será interessante observar como o cenário dos negócios mudará.



Acredito que quando você tem investidores querendo expandir no exterior, a consistência e a previsibilidade política são alguns dos principais fatores em consideração. A história mostrou que os EUA têm uma cultura que favorece os negócios e que abraça o empreendedorismo. Este é um dos pilares deste país e contribuiu para se tornar um dos países mais ricos do mundo.

*Expert da TMF EUA*



## ↓ 72 Jersey

2021 (45)  
2020 (65)

Apesar de sua população de apenas 100.000 habitantes, Jersey tem alcance e influência consideráveis internacionalmente. A jurisdição tende a ser uma pioneira na adoção de medidas, engajando-se em áreas corporativas novas e em tendência, como a legislação de FinTech e das práticas Ambientais, Sociais e de Governança (Environmental, Social and Governance – ESG).

Uma das principais razões para a simplicidade da jurisdição é o foco nos processos digitais durante a Covid-19. Agora é mais fácil entrar em contato com órgãos reguladores relevantes e as organizações governamentais. As empresas podem ser abertas em menos de duas horas, e houve um afastamento das assinaturas “a punho” durante a pandemia bem como melhorias de exigências para due diligence. Antes da pandemia era necessário levar uma cópia de um passaporte a um advogado ou contador para certificar a identidade dos proprietários e do controlador, que então precisaria ser enviado para Jersey. Novas tecnologias permitiram que isso fosse realizado remotamente e digitalmente. A mudança para o universo digital é associado com o foco no setor de tecnologia, com mais de 5.000 pessoas empregadas no setor.

Jersey tem uma indústria de fundos bem estabelecida com ótima infraestrutura. Ela representa uma parte significativa e próspera do mercado local de serviços financeiros – que atingiu um crescimento de 20% em 2021. Os populares regimes de “Expert Fund” e “Private Fund” tornam extremamente fácil criar e administrar fundos na ilha.

Jersey tem regras de divulgação de ESG em vigor e é uma jurisdição importante neste aspecto. Elas são lideradas pela Jersey Financial Services Commission, mas também construídas por investidores e empresas que buscam uma maneira mais sustentável e ética de fazer negócios.

Apesar de tudo isso, ainda existem algumas complexidades. Por exemplo, viajar para as ilhas pode ser demorado, em função do número de voos diretos ser limitado. Além disso, devido à baixa tributação direta, o imposto indireto pode tornar o custo de vida bastante caro, com os preços dos imóveis correspondendo aos do centro de Londres.

Com sua movimentação em direção à digitalização e às ESG, Jersey deve continuar sendo uma das jurisdições mais simples e atrativas do mundo.



A jurisdição resistiu aos últimos dois anos excepcionalmente bem. Investimentos significativos por parte do Governo, do regulador e da indústria viram a posição de Jersey no cenário global crescer notavelmente. A jurisdição fornece às famílias, fundos e empresas o que eles querem: uma plataforma segura e responsiva para investir e operar.

Expert da TFM Jersey

## ↓ 73 Ilhas Virgens Britânicas (IVB)

2021 (72)  
2020 (73)

As Ilhas Virgens Britânicas são continuamente uma das jurisdições mais simples em nosso índice, orientada por uma ambição do Governo e dos órgãos legislativos de serem atrativos para investidores e empresas estrangeiras.

Dois aspectos fundamentais que contribuem para isso são a simplicidade de abertura de uma empresa e a ausência de tributação. Há também uma ênfase na transparência, o que significa que as empresas e os investidores sabem que seu dinheiro e seus ativos estarão seguros e protegidos. Nos últimos dez anos, a jurisdição se concentrou no alinhamento internacional com órgãos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD). Isso, em alguns casos, criou um pouco mais de complexidade, pois existem certos regulamentos e legislações às quais empresas e investidores precisam aderir. No entanto, a transparência e a segurança tem sido aspectos percebidos como valiosos. Além disso, a adesão a estes padrões não é muito prejudicial, pois são comuns em outras jurisdições globalmente.

Com estes padrões de transparência, podem surgir problemas. O não cumprimento das exigências de substância econômica pode resultar em multas pesadas, por isso é importante garantir que eles sejam levados a sério e cumpridos.

Graças à sua ausência de tributação e foco na transparência, ao mesmo tempo em que preserva a privacidade, as IVB atraem riqueza privada, family offices e investidores de fundos, bem como negócios no mercado de capitais. Elas atuam como um domicílio neutro para um grande número de empresas e indivíduos da maioria das regiões do mundo que precisam de uma estrutura eficiente para suas empresas em uma estrutura legal bem estruturada. A jurisdição se recuperou plenamente da pandemia da Covid-19 no final de 2021, provando ser resiliente e oferecendo eficiência e flexibilidade em transações internacionais e gerenciamento de ativos, cumprindo as regulamentações globais.

Os clientes de private equity e family office das IVB da América do Sul e de outras partes do mundo agora procuram com frequência as credenciais de práticas Ambientais, Sociais e de Governança (Environmental, Social and Governance – ESG), especialmente quando se trata de operar de maneira ambiental e socialmente responsável. Embora as IVB não possuam legislação de ESG específica, existe a expectativa de que isso possa mudar.



Nas Ilhas Virgens Britânicas temos uma legislação muito sólida, que é atualizada regularmente. Também temos o Commercial High Court do Caribe. Temos uma agência fiscal internacional que funciona muito bem, e algumas pessoas podem pensar: “Ok, mas isso não é assustador?”. Não é porque torna o país uma jurisdição muito bem regulamentada para fazer negócios.

Expert da TFM Ilhas Virgens Britânicas

## ↑ 74 Hong Kong

2021 (76)  
2020 (66)

Historicamente, Hong Kong, como parte da China, operou uma política de "um país, dois sistemas". No entanto, a China assumiu mais controle do ponto de vista legal e econômico nos últimos anos. O impacto direto no registro de empresas estrangeiras pode ser limitado por enquanto, pois eles estão adotando uma abordagem de "esperar para ver" o que está por vir. Apesar disso, Hong Kong continua sendo uma jurisdição simples para empresas estrangeiras.

O Governo de Hong Kong estabeleceu como meta o desenvolvimento de uma indústria de fundos líder, que está em funcionamento há 18-24 meses. Hong Kong criou uma nova estrutura de fundos para replicar a estrutura de fundos das Ilhas Cayman e fornecer isenção de impostos para gestores de ativos, o que significa que eles só precisarão fornecer um conjunto de relatórios de compliance às autoridades. Isso deve ajudar a atrair mais gestores de ativos para domiciliarem seus fundos das Ilhas Cayman em Hong Kong.

Os agentes políticos de Hong Kong elevaram o patamar e começaram a introduzir regulamentações de práticas Ambientais, Sociais e de Governança (Environmental, Social and Governance – ESG, especificamente para empresas listadas em bolsa, pelas quais devem relatar seu status ESG às autoridades.



Acho que as ESG são uma tendência global e Hong Kong está respondendo às expectativas das partes interessadas evoluindo e dando alguns passos consistentes.

*Expert da TMF Hong Kong*

## ↑ 75 Dinamarca

2021 (77)  
2020 (74)

A Dinamarca é uma das três principais jurisdições mais simples novamente em 2022, com a digitalização como fator principal.

No final de 2020, a Dinamarca criou um "one stop shop" digital, com processos de incorporação e operação sem papel. Isso significa que as empresas agora precisam apenas de um login e um portal para acessar diversos serviços. A autoridade fiscal também atualizou sua interface de página inicial para torná-la mais convidativa. Com a Dinamarca se posicionando à frente da curva quando se trata de digitalização, o movimento agora é voltado para impulsionar a simplicidade, enquanto algumas jurisdições estão apenas começando sua jornada digital.

A complexidade na jurisdição é limitada, mas problemas como a compreensão de processos de criação incipientes e barreiras linguísticas podem ocorrer. No entanto, o Governo está se concentrando em adicionar cada vez mais informações em inglês, de modo a trazer mais simplicidade no futuro. A operação comercial contratual que requer uma organização a curto prazo pode criar alguma complexidade, pois requer um volume considerável de administração, apesar do curto tempo de operação.

Durante a pandemia, o Governo implementou pacotes de apoio que incluíam um período mais curto para se qualificar para reembolsos voltados a funcionários que adoeceram devido à Covid-19, compensação salarial e subsídios para ajudar a cobrir custos fixos para as empresas. Foi uma medida benéfica, mas que colocou uma carga administrativa sobre as empresas para preencherem os formulários necessários. Também foram aplicadas multas pelo preenchimento incorreto dos documentos.

Emergindo da pandemia, houve discussão sobre o possível adiamento dos relatórios anuais. Isso levaria a uma maior flexibilidade, pois anteriormente havia um prazo restrito. Esta medida reflete as ações tomadas durante a pandemia, como adiamento de prazos, empréstimos e reembolsos.

Dada esta flexibilidade, a Dinamarca conseguiu atingir uma forte recuperação após a pandemia e deve continuar sendo uma das jurisdições mais simples nos próximos anos.



Onde o governo puder, eles vão recorrer à digitalização. Eles começaram a adicionar todos os acessos das autoridades em um só lugar, então quando você quer acessar não é preciso ter cinco logins diferentes. Na página inicial da autoridade fiscal, a interface foi alterada para torná-la mais convidativa. Eles também estão começando a ter cada vez mais informações em inglês. É um processo lento, mas podemos observar as mudanças..

*Expert da TMF Dinamarca*



## ↓ 76 Curaçao

2021 (73)  
2020 (77)

Curaçao melhorou ainda mais sua classificação e alcançou o título de segunda jurisdição mais simples em 2022. Isso não é surpreendente, considerando o enfoque na simplicidade que foi incorporado às leis e à legislação de Curaçao nos últimos anos.

A contabilidade e os impostos são particularmente simples. Por exemplo, a contabilidade é menos complexa graças à interação mínima do Governo. Todas as declarações e arquivamentos de impostos sobre salários devem ser apresentados até o dia 15 de cada mês e, se as empresas cumprirem este prazo, haverá pouca complexidade.

A folha de pagamento e os recursos humanos podem ser um pouco mais complexos aqui, pois há maiores exigências de “prova” para garantir que as empresas e os indivíduos permaneçam transparentes. No entanto, isso se tornou mais simples graças ao desenvolvimento do arquivamento eletrônico e dos processos online. Além disso, não há necessariamente um impacto na atratividade da jurisdição porque a transparência e a abertura são vistas como aspectos positivos. Por exemplo, empresas e indivíduos na América do Sul são atraídos por Curaçao, pois ela oferece segurança e proteção de seus ativos.

Uma atrativo adicional para empresas da América do Sul bem como de outras regiões, são as capacidades linguísticas, com grande parte da força de trabalho com domínio sobre idiomas como neerlandês, holandês, inglês, espanhol e português. A jurisdição também faz parte do Reino dos Países Baixos, e uma ênfase no alinhamento internacional aumenta a atratividade e a simplicidade.

Durante a pandemia da Covid-19, houve alguns atrasos na operação e incorporação de negócios. No entanto, foram encontradas soluções e os atrasos foram resolvidos em poucos meses. Isso incluiu um aumento na autorização do uso de assinaturas digitais de documentos. No entanto, durante e emergindo da pandemia, a jurisdição sofreu com escassez de funcionários, principalmente nos ramos de hospedagem e lazer.

Há uma expectativa de que as exigências de Beneficiário Final (Ultimate Beneficial Owner – UBO) possam aumentar nos próximos anos, o que pode afetar a realização de negócios em Curaçao. No entanto, há pouca dúvida de que a jurisdição continuará sendo altamente atrativa.



No início da pandemia os negócios desaceleraram um pouco, porque ninguém estava acostumado a trabalhar em casa e os cartórios não estavam abertos. Alguns negócios não podiam ser realizados, mas depois de alguns meses, todos encontraram uma maneira de contornar esses problemas. Governos e autoridades fiscais estão se tornando mais flexíveis na adoção de assinaturas e arquivamentos eletrônicos.

*Expert da TMF Curaçao*

## ↓ 77 Ilhas Cayman

2021 (75)  
2020 (69)

As Ilhas Cayman são classificadas como a jurisdição mais simples do GBCI, impulsionada pelos regulamentos contábeis e fiscais muito simples da jurisdição. Incorporar uma entidade estrangeira é um processo extremamente simples e ágil. No entanto, enquanto as Ilhas Cayman foram removidas da “lista cinza” do Grupo de Ação Financeira (Financial Action Task Force – FATF), que apresenta jurisdições nas quais a lavagem de dinheiro não é suficientemente prevista em lei, as Ilhas Cayman foram adicionadas à própria lista cinza da União Europeia (UE).

Durante 2022, espera-se que o Governo aprove uma legislação que exigirá que as sociedades limitadas (limited partnerships – LPs), não apenas empresas, apresentem seus Beneficiários Finais (Ultimate Beneficial Owners – UBOs). Embora não seja esperado um impacto na complexidade, haverá um projeto de remediação para que os provedores de serviços financeiros obtenham e relatem suas LPs.

Os impactos da Covid-19 na forma como as empresas estrangeiras operam nas Ilhas Cayman foram amplamente positivos. As assinaturas manuais pré-pandemia eram previstas, se não necessárias, enquanto agora, espera-se que o uso das assinaturas eletrônicas avance. Os processos de relatórios foram digitalmente simplificados.



O governo das Ilhas Cayman foi rápido em responder e adaptar suas operações para aumentar a eficiência, apoiando o setor de serviços financeiros de maneira mais adequada durante o auge da Covid-19. Essas mudanças tornaram-se, em sua maioria, procedimentos operacionais padronizados. Em contraste com apenas alguns anos atrás, todas as transações com o General Registry, como a formação e apresentação de entidades, e apresentações regulatórias à Autoridade Monetária das Ilhas Cayman e ao Departamento de Cooperação Tributária Internacional, agora são realizadas exclusivamente por meio de plataformas online.

*Expert da TMF Ilhas Cayman*

# COMPLEXIDADE E O FLUXO DE IED

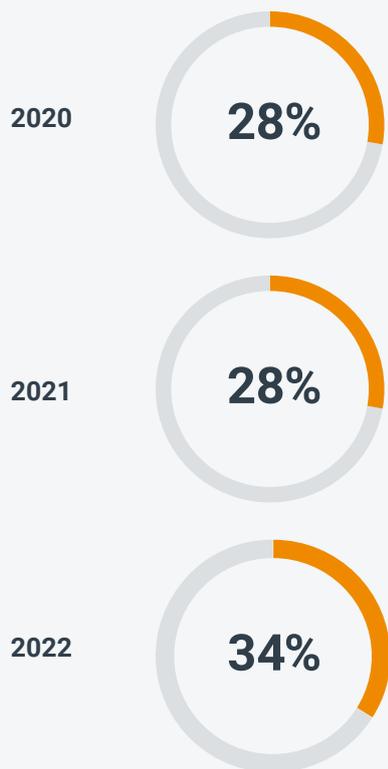


Uma conclusão final do relatório deste ano é sobre investimentos futuros, com nossos experts prevendo cada vez mais o crescimento simultâneo da complexidade e do fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Isso representa um desafio interessante e uma oportunidade para as empresas – é mais atrativo criar operações globais, além de ser potencialmente mais difícil de lidar.

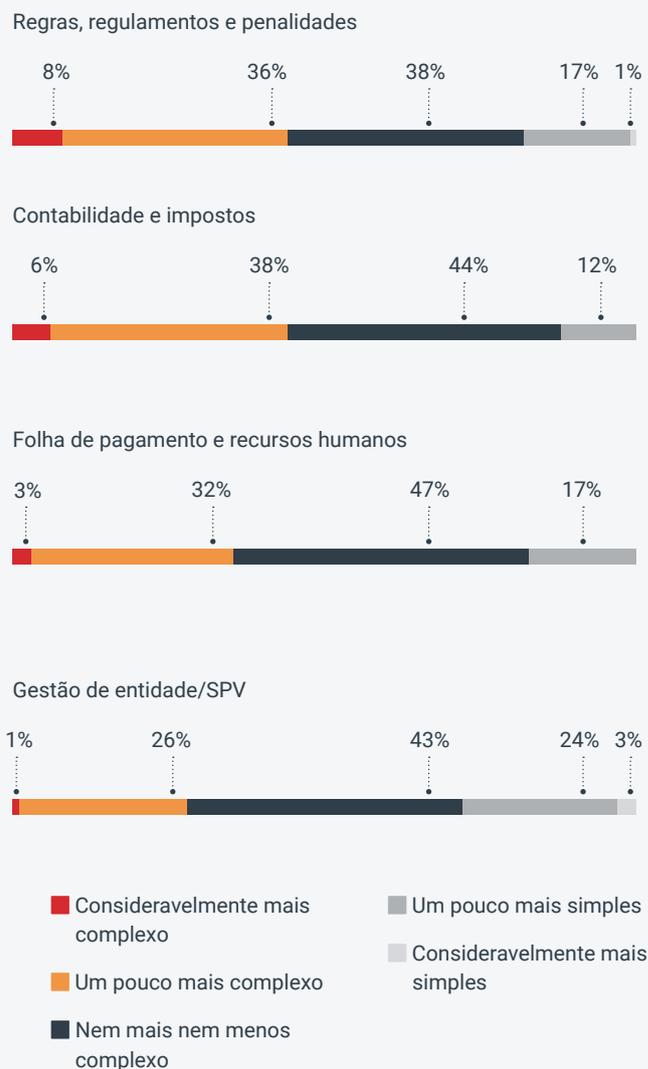
Um terço (34%) de nossos experts acredita que haverá um aumento significativo no investimento em sua jurisdição nos próximos cinco anos, uma proporção um pouco maior do que um quarto (28%) do ano passado. Três quartos (74%) concordam que sua jurisdição está fazendo um esforço conjunto para atrair investimento estrangeiro direto.

Ao mesmo tempo, a complexidade está em ascensão. Em 2021, 52% de nossos experts acreditavam que sua jurisdição era mais simples para se fazer negócios do que seus vizinhos diretos. Este ano, esse número caiu para 44%. A proporção relatando que sua jurisdição é aquela em que a tecnologia está reduzindo a complexidade caiu anualmente de 77% para 66% em 2022.

Porcentagem afirmando que haverá um aumento significativo no investimento nos próximos cinco anos



## Mudanças previstas na complexidade do gerenciamento de um negócio nos próximos cinco anos





# CONCLUSÃO

A pandemia da Covid-19 está recuando, mas a guerra na Ucrânia demonstrou que eventos externos podem surgir e impactar os negócios globais em questão de dias. O GBCI deste ano mostra que a criação e manutenção de entidades empresariais em todo o mundo já é uma tarefa muito complexa, mesmo sem pressões externas adicionais.

Jurisdições estão aprovando mudanças legislativas para se alinharem às normas internacionais. As indústrias globais estão se adaptando às crescentes demandas por práticas comerciais éticas de clientes e partes interessadas, especialmente em torno de impactos ambientais e sociais mais abrangentes.

Ao mesmo tempo, a tecnologia continua desempenhando um papel tanto no aumento quanto na redução da complexidade. Ela pode simplificar as relações entre governo e empresas, permitindo o upload facilitado de documentação, e a rápida conclusão dos processos. Por outro lado, a tecnologia pode levar a um aumento acentuado na complexidade, à medida que as empresas e agências governamentais descobrem

a melhor forma de utilizá-la, ou onde se espera que uma empresa se adapte a vários sistemas e elabore relatórios a várias agências ou níveis de governo.

Estar ciente de eventos geopolíticos mais amplos e dos fatores locais que impulsionam a complexidade são fundamentais para o sucesso da criação de um negócio em uma jurisdição. Com um número crescente de nossos experts prevendo um aumento significativo de IED em sua jurisdição nos próximos cinco anos (34% contra 28% pré-pandemia), as oportunidades de expansão para diferentes territórios e crescimento de um negócio não diminuem.

No entanto, as empresas e organizações devem ser ágeis e preparadas para mudanças repentinas no cenário corporativo, portanto, manter-se atualizado sobre as mudanças nas regras, regulamentações e tendências dos investidores não apenas te ajudará a fazer negócios internacionalmente, mas também te dará uma melhor chance de prosperar em um cenário global imprevisível.



A tecnologia continua desempenhando um papel tanto no aumento quanto na redução da complexidade

As empresas e organizações devem ser ágeis e preparadas para mudanças repentinas no cenário corporativo

# METODOLOGIA

---

O Índice Global de Complexidade Corporativa foi criado pela TMF Group, os experts em complexidade empresarial global e local, e o Savanta, uma agência especializada em pesquisa de mercado. Combinando o conhecimento específico do assunto com uma base de dados e análises sólidos, o GBCI 2022 baseia-se em uma robusta pesquisa multimétodo.

O índice é gerado a partir de uma análise aprofundada dos especialistas em mercado da TMF Group em 77 jurisdições, e os dados também são comparados aos resultados da pesquisa utilizados no Relatório GBCI do ano passado. A pesquisa abrange três áreas de atuação da empresa:

- Contabilidade e impostos
- Gestão global de entidades
- Folha de pagamento e recursos humanos.

Os dados para cada jurisdição foram estatisticamente ponderados e combinados para produzir uma pontuação de complexidade geral, bem como uma pontuação em cada uma das três áreas. Os visuais são baseados nos resultados da pesquisa ao longo de 2020, 2021 e 2022. Aqueles que responderam "não sei" na pesquisa foram excluídos da análise.

## Sobre o Savanta

Savanta ([www.savanta.com](http://www.savanta.com)) é uma empresa de dados, pesquisa e consultorias em rápido crescimento. Nós informamos e inspiramos mudanças por meio da coleta de dados e análises de última geração em uma variedade de setores.



# GLOSSÁRIO

AML	Anti-lavagem de dinheiro refere-se a um conjunto de leis e regulamentos que visam impedir os criminosos a reivindicar fundos ilícitos como renda legítima.	GDPR	O Regulamento Geral de Proteção de Dados é uma lei da União Europeia que estabelece regras para a proteção dos dados pessoais dos cidadãos da UE.
BEPS	Erosão de base e transferência de lucros refere-se a estratégias de evasão fiscal utilizadas pelas multinacionais, e as regulamentações da OECD utilizadas para combatê-las.	Globalização	A globalização é um processo de convergência global em que economias e culturas se tornam cada vez mais interligadas e alinhadas em todo o mundo.
CRS	O Common Reporting Standard é uma iniciativa da OECD para combater a evasão fiscal. As jurisdições participantes devem exigir que as instituições financeiras em suas jurisdições divulguem anualmente informações sobre as contas financeiras mantidas com eles por residentes estrangeiros, e exigir que a autoridade regulatória local relevante troque informações relevantes com o país de residência do titular da conta.	IFRS	As International Financial Reporting Standards são um conjunto de normas globais emitidas pela fundação IFRS e pelo International Accounting Standards Board.
Substância econômica	A substância econômica é um princípio em imposto internacional que determina que um nível justo de atividade econômica local deve existir para que uma empresa possa reivindicar residência fiscal em uma jurisdição específica, e que a implantação deve existir nessa jurisdição para uma finalidade mais significativa do que apenas a redução da dívida tributária.	Incorporação	A incorporação refere-se ao processo de se estabelecer uma nova entidade jurídica.
FATCA	O Foreign Account Tax Compliance Act é uma lei federal americana que exige que as instituições financeiras estrangeiras divulguem as contas financeiras de seus clientes que sejam cidadãos americanos ou entidades controladas por americanos, sob pena de retenção substancial de imposto de renda na fonte em todos os rendimentos oriundos dos EUA.	OECD	A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional que tem como objetivo promover o comércio global.
		PSC	A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional que tem como objetivo promover o comércio global.
		UBO	O “proprietário beneficiário final” refere-se a uma pessoa física que direta ou indiretamente possui ou controla uma participação significativa em uma entidade ou acordo. A definição exata de UBO e o que constitui interesse significativo varia de acordo com as leis de diferentes jurisdições.

Embora tenhamos tomado medidas razoáveis para fornecer informações precisas e atualizadas nesta publicação, não damos qualquer garantia ou representação, expressa ou implícita, a este respeito. As informações estão sujeitas a alterações sem aviso prévio. As informações contidas nesta publicação estão sujeitas a mudanças legais (fiscais) em diferentes jurisdições em todo o mundo.

Nenhuma das informações contidas nesta publicação constitui uma oferta ou solicitação de negócios, uma opinião relativa a nossos serviços, uma recomendação para engajar em qualquer transação ou nos obrigar sob uma perspectiva jurídica, fiscal, financeira, de investimentos ou como consultores contábeis. Nenhuma ação deve ser tomada com base nestas informações sem prévia consulta a um profissional independente. Nós não nos responsabilizamos por quaisquer perdas ou danos que venham a acontecer como resultado de seu uso ou convicção quanto às informações aqui contidas.

Esta é uma publicação da TMF Group B.V., P.O. Caixa 23393, 1100 DW Amsterdã, Holanda (contact@tmf-group.com). A TMF Group B.V. faz parte da TMF Group, que consiste em um grupo de empresas em todo o mundo. Qualquer empresa do grupo não é um agente registrado de outra empresa do grupo. Uma lista completa dos nomes, endereços e detalhes do estatuto jurídico das empresas estão disponíveis em nosso website: [www.tmf-group.com](http://www.tmf-group.com).



SOBRE A TMF GROUP

# NÓS FAZEMOS UM MUNDO COMPLEXO SIMPLES

---

## Um mundo de serviço local

A TMF Group é uma provedora líder de serviços de suporte administrativo, ajudando clientes a investir e operar com segurança em todo o mundo.

Nossos 9.100 especialistas distribuídos por 120 escritórios em 85 jurisdições ao redor do mundo atendem empresas, instituições financeiras, gestores de ativos, clientes privados e family offices, fornecendo a combinação de serviços de contabilidade, impostos, folha de pagamento, administração de fundos, compliance e gerenciamento de entidades, essenciais para o sucesso empresarial global.

Sabemos como desbloquear o acesso aos mercados mais atrativos do mundo – por mais complexos que sejam – de maneira rápida, segura e eficiente. É por isso que mais de 60% das Fortune Global 500 e FTSE 100 e quase metade dos 300 principais fundos de private equity trabalham conosco.

Nosso modelo exclusivo de entrega global, sustentado por nossas plataformas digitais inovadoras, significa que podemos cobrir setores diversos como mercados de capitais, private equity, imobiliário, farmacêutico, de energia e tecnologia, com especialistas nestas áreas fornecendo suporte local.

Com um crescimento médio anual de 8% desde 2013, a TMF Group é uma parceira confiável e segura. Operando através de uma ou várias fronteiras, com um pequeno grupo ou milhares de funcionários, temos o suporte fundamental para que você precisa para sua empresa crescer, operar e se desenvolver enquanto permanece em compliance em todos os lugares.

[www.tmf-group.com](http://www.tmf-group.com)

